

Concessionária do Sistema Rodoviário Rio – São Paulo S.A.

(Companhia aberta)

Demonstrações financeiras referentes aos
exercícios findos em 31 de dezembro de 2024
e 2023

Conteúdo

Relatório da administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	25
Balancos patrimoniais	29
Demonstrações dos resultados	30
Demonstrações dos resultados abrangentes	31
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	32
Demonstrações dos fluxos de caixa – Método indireto	33
Demonstrações do valor adicionado	34
Notas explicativas às demonstrações financeiras	35

Relatório da Administração

1. Sobre a Companhia

1.1 Aos Acionistas

Apresentamos a seguir o relatório das principais atividades no exercício de 2024, em conjunto com as demonstrações contábeis elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e IFRS, acrescidas do balanço social, o qual consideramos importante para divulgar para a sociedade, os parceiros, os investidores e os usuários, a responsabilidade social da Concessionária do Sistema Rodoviário Rio - São Paulo S.A. (CCR RioSP).

Os valores são expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

1.2 Introdução

A Concessionária do Sistema Rodoviário Rio - São Paulo S.A. foi constituída em 2021 e tem por objetivo exclusivo a exploração da BR-116/101/SP/RJ, nos termos do contrato de concessão com a ANTT – Agência Nacional de Transportes Terrestres, celebrado em decorrência do edital nº 03/2021.

O sistema rodoviário objeto da concessão apresenta uma extensão total de 625,8 km, incluindo os elementos integrantes da faixa de domínio, além de acessos e alças, edificações e terrenos, pistas centrais, laterais, marginais ou locais, ligadas diretamente ou por dispositivos de interconexão com a rodovia, acostamentos, obras-de-arte especiais e quaisquer outros elementos que se encontrem nos limites da faixa de domínio, bem como pelas áreas ocupadas com instalações operacionais e administrativas relacionadas à Concessão. Compreendendo os seguintes trechos:

- Rodovia BR-116/RJ– (Extensão: 124,9 km)
- Rodovia BR-116/SP– (Extensão: 230,6 km)
- Rodovia BR-101/RJ– (Extensão: 218,2 km)
- Rodovia BR-101/SP– (Extensão: 52,1 km)



O contrato foi assinado com o Governo Federal em 28 de janeiro de 2022, com início da concessão em 01 de março de 2022 pelo prazo de 30 anos, encerrando-se em 29 de fevereiro de 2052.

94,2% da receita operacional da RioSP advém da cobrança de pedágios na Via Dutra e 5,8% do trecho da BR-101. Em 2024, 99,1% da nossa receita total adveio da cobrança de pedágio e 0,9% de outras receitas.

Destaques de 2024

O exercício de 2024, se destaca pelo grande volume de investimentos no sistema rodoviário sob controle da RioSP. Tivemos o volume de R\$ 995.879 investidos em ampliação da capacidade e melhorias nas rodovias, neste valor estão inclusos, além das obras, os gastos com projetos, meio ambiente, remoção de interferências e desapropriações. Os principais empreendimentos em andamento encontram-se na região de São José dos Campos, Região Metropolitana de São Paulo, Serra das Araras e Duplicação da BR101 km 416 ao 496. Além disso, houve investimentos em modernização de sistemas e equipamentos para operação do sistema rodoviário.

Investimento de R\$ 25.584 na implantação de 520 câmeras móveis (CFTV) para permitir o monitoramento visual de 100% da BR-116 e BR-101, sendo na BR-116 também implantada a solução de detecção automática de incidentes (DAI) em 1282 câmeras fixas, permitindo a geração de alarmes automáticos para os operadores da RioSP em caso de incidente na via, por exemplo: veículo parado no acostamento, objeto na via, veículo na contramão etc.

Investimento de R\$ 37.115 para implantação de um sistema de cobrança na modalidade Fluxo Livre (Free-Flow) entre os km 205 e 230 na BR-116 SP, permitindo a cobrança dos usuários das faixas expressas da rodovia sem a necessidade da redução de velocidade do veículo.

Investimento de R\$ 20.201 para implantação de 50 novos PMVs (Painel de Mensagem Variável) fixos nos trechos da BR-116 e BR-101 e em locais estratégicos, com grandes volumes de tráfego.

Em 23 de fevereiro de 2024, foi assinado o 7º termo de aditivo ao contrato no qual tem por objeto estabelecer situação excepcional em que será permitida a autorização de início de obra após a entrega do projeto executivo sem o certificado de inspeção, em exceção à regra estipulada na subcláusula 7.11.1 do Contrato do Edital de Concessão nº 03/2021, para as obras da frente de ampliação de capacidade e melhorias do item 3.2 do Programa de Exploração da Rodovia - PER, previstas para serem executadas até o 5º ano de concessão.

Em 26 de fevereiro de 2024, foi assinado o 8º termo de aditivo ao contrato no qual tem por objeto postergar a implantação dos Postos de Pesagem previstos no item 3.4.6.2 - Sistemas de Pesagem (Novos) do Programa de Exploração das Rodovias - PER, bem como estabelecer a correspondente aplicação do Fator D como forma de reequilíbrio econômico-financeiro, em razão da alteração apenas de cronograma de obras, conforme previsto no contrato, além da suspensão de penalidades previstas no contrato, considerando o novo prazo de implantação dos Postos de Pesagem.

Em 03 de abril de 2024, foi assinado o 9º termo de aditivo ao contrato que teve por objetivo promover a alteração do item 3.2.1.2. Obras de Melhorias, T. Barreiras de Ruído (BR 116), do Programa de Exploração da Rodovia (PER), Anexo 2 do Contrato de Concessão, conforme fundamentado nos Processos Administrativos nº 50500.307350/2023-36, nº 50500.386099/2023-68 e nº 50500.064425/2023-89.1.

Em 02 de outubro de 2024, foi assinado o 10º termo de aditivo ao contrato que tem por objeto alterar o Contrato de Concessão, com vistas ao aprimoramento dos mecanismos de acompanhamento e fiscalização da execução do Desconto de Usuário Frequente.

Em 21 de novembro de 2024, foi assinado o 11º termo de aditivo ao contrato que tem por objeto alterar a nota da Tabela II integrante do Anexo 5 do Contrato do Edital de Concessão nº 03/2021, com vistas a padronizar a metodologia de apuração do Desconto e Acréscimo de Reequilíbrio - Fatores D e A das obras e serviços da Frente de Ampliação de Capacidade e Manutenção de Nível de Serviço e Melhorias do Programa de Exploração da Rodovia - PER.

No ano de 2024, o Centro de Pesquisas Rodoviárias do Grupo CCR conduziu 63 pesquisas internas com o objetivo de suprir as unidades do grupo de decisões estratégicas, pautadas em estudos comparativos e de desempenho de produtos e ou métodos construtivos. Dentre tais pesquisas, destacam-se as seguintes iniciativas:

- Estudos de misturas asfálticas com incremento no teor de RAP;
- Uso Resíduos da Construção e Demolição – RCD em estruturas de pavimentos;
- Pesquisa em parceria com o grupo Alpargatas para desenvolvimento de uma formulação de ligante asfáltico com incremento de resíduos plásticos do processo produtivo de sandálias;
- Emprego de agregado siderúrgico em camadas de pavimentos;
- Asfaltos ecológicos, modificação de misturas asfálticas a partir da incorporação de resíduos plásticos em sua composição;
- Estudos com o uso de biomateriais.

Ademais, mediante esforços da equipe técnica e de contratos, foram estruturados e aceitos um plano de pesquisa junto à ANTT. Estes projetos têm como premissa a utilização dos Recursos para Desenvolvimento Tecnológico – RDT, os quais buscam destinar parte da arrecadação da Concessionária ao fomento de pesquisas relevantes ao Setor junto a atuação de universidades e centros de pesquisa. O projeto aprovado junto ao Órgão de Fiscalização está relacionado a aplicações de plástico reciclado em misturas asfálticas pelas vias seca e úmida, este estudo laboratorial com asfaltos puros, asfaltos-borracha e asfaltos-polímero será realizado junto a Escola de Engenharia de São Carlos – EESC USP com duração de 24 meses e investimentos de R\$ 1.902.

Em 2024, o CPR apoiou a implementação do Sistema de Gerência de Pavimentos na unidade RioSP, atendendo às necessidades das equipes de projeto, monitoração e planejamento, e acompanhando a homologação da ferramenta com foco na visão de negócios. Além disso, representou a equipe de pavimentos nas atividades para obtenção da certificação ISO 55.001, alinhada ao SAMP (Plano Estratégico de Gestão de Ativos), e incentivou o cumprimento das metas internas de utilização de RAP, promovendo práticas compatíveis com as políticas de ESG do grupo CCR.

2. Desempenho Econômico-Financeiro

2.1 Receita e Mercado

As tarifas de pedágio cobradas pela CCR RioSP são definidas pela Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT.

Em 2024, passaram 95.637.425 veículos pedagiados e 173.981.609 veículos equivalentes bidirecionais nas 5 praças de pedágio e 3 pórticos de cobrança Free-Flow.

A receita operacional bruta da Companhia atingiu a marca de R\$ 1.354.006 com as atividades de transporte rodoviário e receitas acessórias, e R\$ 2.738.132, quando foram computadas as receitas financeiras e de construção obtidas no período.

2.2 Desempenho

- A Receita líquida operacional (sem receita de construção) atingiu R\$ 1.232.394;
- O Lucro líquido atingiu R\$ 537.083;
- O EBITDA atingiu R\$ 845.577;
- O EBIT atingiu R\$ 762.059.

Em R\$ mil	2024
Receita líquida	2.531.626
Receita de pedágio	1.342.169
Receita de construção (ICPC 01 R1)	1.299.232
Outras receitas	11.837
(-) Deduções da receita bruta	121.612
(-) Custos e despesas (a)	1.769.567
Custos de construção (ICPC 01 R1)	1.299.232
Demais custos e despesas	470.335
EBIT (b)	762.059
Margem EBIT	30,1%
Margem EBIT ajustada (c)	61,8%
(+) Depreciação/amortização	81.426
EBITDA (b)	843.485
Margem EBITDA	33,3%
EBITDA ajustado	845.577
Margem EBITDA ajustada (d)	68,6%
Lucro líquido	537.083
Dívida bruta (e)	2.537.729
Investimentos - (incluindo manutenção)	1.562.901
Veículos equivalentes (em milhares)	173.981.609

- (a) Custos totais: custos dos serviços prestados + custos de construção + despesas gerais e administrativas.
(b) Calculados de acordo com a Instrução CVM nº156/2022.
(c) A margem EBIT ajustada foi calculada por meio da divisão do EBIT pelas Receitas líquidas sem considerar a receita de construção.
(d) A margem EBITDA ajustada foi calculada por meio da divisão do EBITDA ajustado pelas receitas líquidas, excluindo-se a receita de construção.
(e) Somatório das debêntures de curto e longo prazo (líquidos dos custos de transação).

2.2.1 Receita Operacional

A receita de pedágio totalizou R\$ 1.342.169.

As receitas acessórias, provenientes principalmente da exploração de cabos de fibra óptica e de publicidade, totalizaram R\$ 11.511.

2.2.2 Custos e despesas totais

Os gastos totais apresentaram montante de R\$ 1.769.567. Porém, ao considerarmos apenas os gastos operacionais, tivemos o montante de R\$ 390.636.

2.2.3 Investimentos

Os investimentos da CCR RioSP somaram R\$ 1.529.596 em 2024.

No ano, os principais investimentos ocorreram nas obras de ampliação de capacidade de tráfego na região metropolitana de São Paulo, São José dos Campos, Serra das Araras e duplicação da BR-101.

	<u>Investimentos</u>
	<u>2024</u>
- Melhoria e Ampliação de Capacidade de Tráfego	988.283
- Frente de Recuperação e Manutenção	187.803
- Obras de Melhorias em Contenção e Taludes	64.407
- Equipamentos e Sistemas de Tecnologia	164.311
- Ampliação da Praça de Pedágio e Pista/FreeFlow	7.191
- Aquisição de Veículos	6.982
- Outros	110.619
Total	<u>1.529.596</u>

2.2.4 Captações de recursos

A CCR RioSP concluiu o contrato de financiamento de longo prazo da concessão em 2024 e fez a quitação do empréstimo ponte adquirido no início da operação. O empréstimo de R\$ 10,75 bilhões junto ao BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) para as obras da concessão RioSP, inclui a emissão de debêntures incentivadas de R\$ 9,41 bilhões, a maior operação de títulos incentivados já realizada no país. O valor restante trata-se da linha Finem do BNDES. As debêntures foram divididas em 8 séries a serem desembolsadas conforme o cronograma da oferta.

Em julho de 2024, houve o desembolso das duas primeiras séries que têm vencimento em 23 anos e taxa de IPCA + 6,90% ao ano. A linha do Finem vence em 22 anos e tem custo de IPCA + 8,68% ao ano, mas tem a previsão do primeiro desembolso para junho de 2025.

2.2.5 Valor Adicionado

Em 2024, o valor adicionado líquido a distribuir gerado como riqueza pela Concessionária foi de R\$ 1.127.596.

2.2.6 Política de Distribuição de Dividendos

Em 13 dezembro de 2024 foi aprovado em reunião do conselho de administração o destaque de juros sobre o capital próprio com base no patrimônio líquido de 31 de dezembro de 2023 (deduzido ou acrescido, pro rata die de eventuais movimentações ocorridas em 2024, exceto quanto ao resultado do próprio exercício), no valor bruto de R\$ 178.154.

2.2.7 Planejamento Empresarial

A Companhia iniciou o terceiro ano da concessão mantendo a operação da Via Dutra e da BR-101, no trecho entre Ubatuba e o Rio de Janeiro.

Além disso, a concessionária prosseguiu com as obras de ampliação da capacidade de tráfego na BR-116, especificamente no trecho da Região Metropolitana de São Paulo, cuja conclusão está prevista para maio de 2025, e na cidade de São José dos Campos, entre os quilômetros 151 e 158, com previsão de término em agosto de 2025, conforme estabelecido no contrato de concessão. Paralelamente, foram iniciadas as obras na Serra da Araras, cuja conclusão está prevista para julho de 2028.

2.2.8 Gestão pela Qualidade Total

Em 2024, a CCR RioSP conquistou a certificação do Sistema de Gestão de Ativos, conforme os requisitos da norma ISO 55001, por meio da auditoria realizada pela Fundação Vanzolini entre os dias 16 e 23 de fevereiro. Essa conquista reforça nosso compromisso com a excelência na gestão do ciclo de vida dos ativos.

Além disso, concluímos com sucesso o primeiro ciclo de auditoria de supervisão das certificações ISO 9001 (Qualidade), ISO 14001 (Meio Ambiente) e ISO 39001 (Segurança Viária), conduzido pela Fundação Vanzolini de 4 a 12 de novembro de 2024. Esse resultado evidencia nossa dedicação aos mais altos padrões de qualidade, segurança e preservação ambiental.

No que se refere à certificação corporativa nas normas ISO 37001 e ISO 37301, a CCR RioSP teve sua participação consolidada ao ser indicada para as auditorias interna e externa dessas normas. A ISO 37001 (Sistema de Gestão Antissuborno) e a ISO 37301 (Sistema de Gestão de Compliance) reforçam nosso compromisso com a ética, a integridade e a conformidade nas operações, promovendo transparência e responsabilidade em todas as nossas atividades.

2.2.9 Recursos Humanos

Durante o ano de 2024 a CCR RioSP, realizou treinamentos e capacitações internas para os seus 1.099 colaboradores, sendo que os principais assuntos abordados foram: NR-5 (CIPA), NR-10 (Segurança em Instalações e Serviços em Eletricidade), NR-11 (Transporte, Movimentação, Armazenagem e Manuseio de Materiais), NR-12 (Segurança do trabalho com Máquinas e Equipamentos), NR-35 (trabalho em altura), Revisões dos procedimentos operacionais, Manejo de Fauna, conscientização SGI, Lives de temas técnicos operacionais, Operações com Guincho Leve, Guincho Pesado, Moto, Caminhão Pipa e Rebocador.

Não houve valor investido em treinamentos, pois todos foram realizados on-line e presenciais na sede e pontos de apoio de treinamento da concessionária utilizando mão de obra própria especializada e técnica.

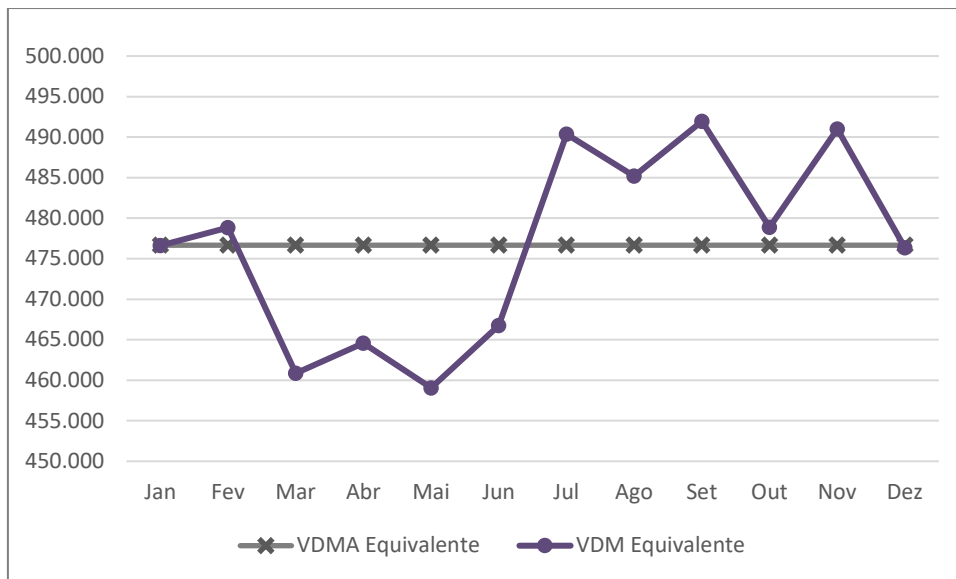
3. Indicadores Operacionais

3.1. Caracterização do Tráfego

3.1.1. Volume

Na figura é apresentado o volume diário médio equivalente por mês no ano de 2024, VDM e VDMA respectivamente.

Varição mensal do volume no ano base

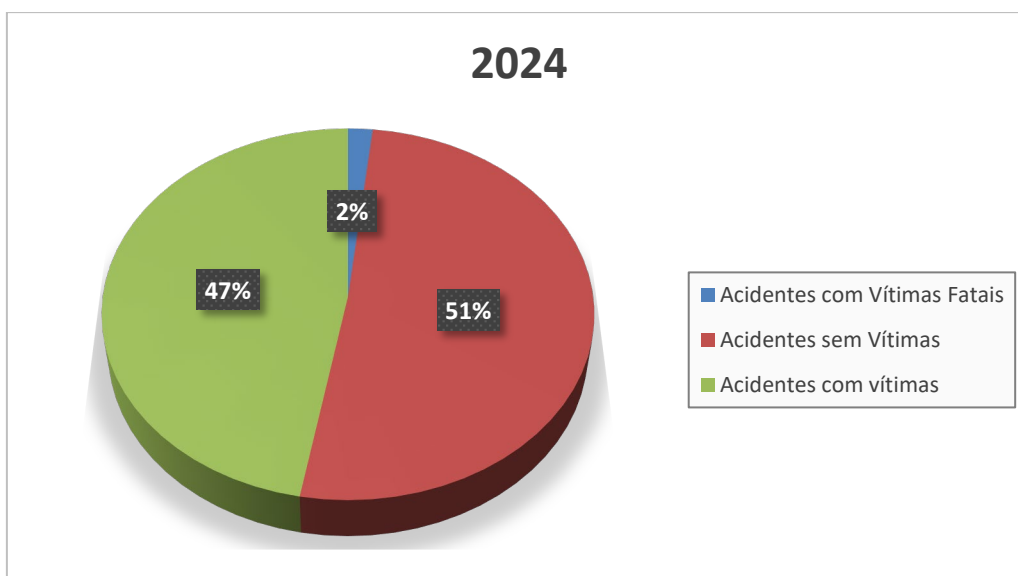


3.2. Caracterização do Tráfego

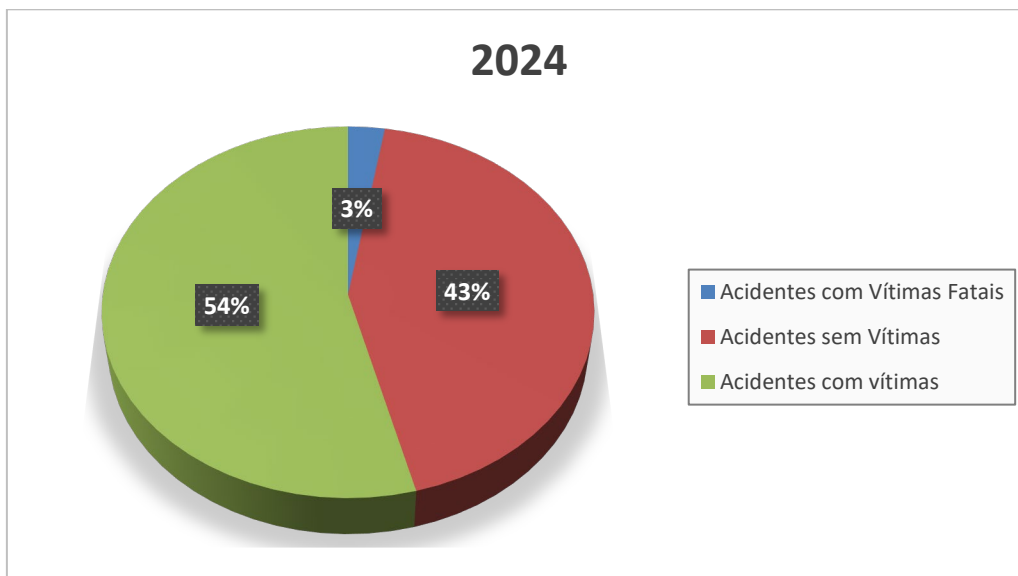
3.2.1. Volume

Os gráficos apresentam os percentuais de acidentes ocorridos no trecho concedido, classificados por gravidade, total de pessoas envolvidas e quantidade de sinistros por tipo de veículo no exercício corrente e no exercício anterior.

Percentual de acidentes por gravidade em 2024 BR-116

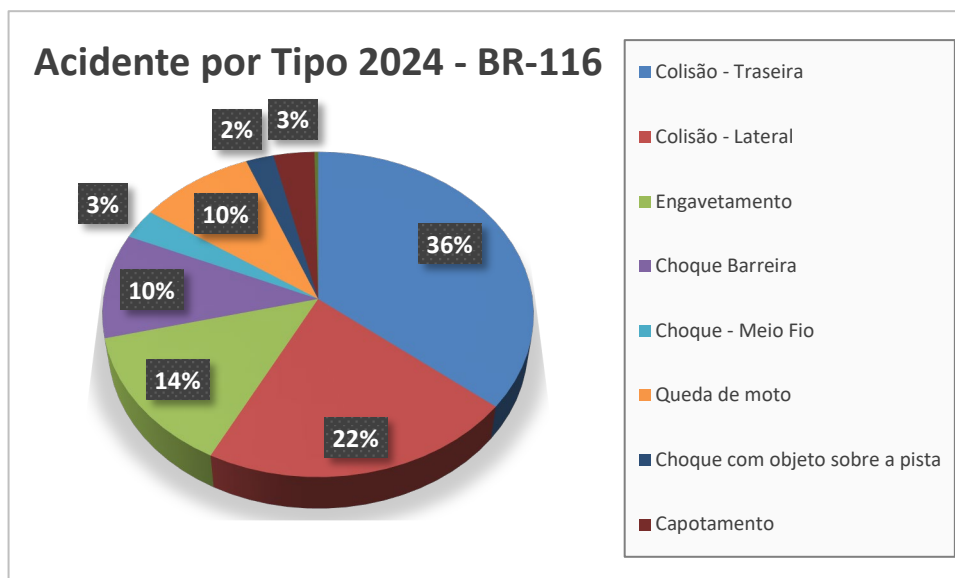


Percentual de acidentes por gravidade em 2024 BR-101

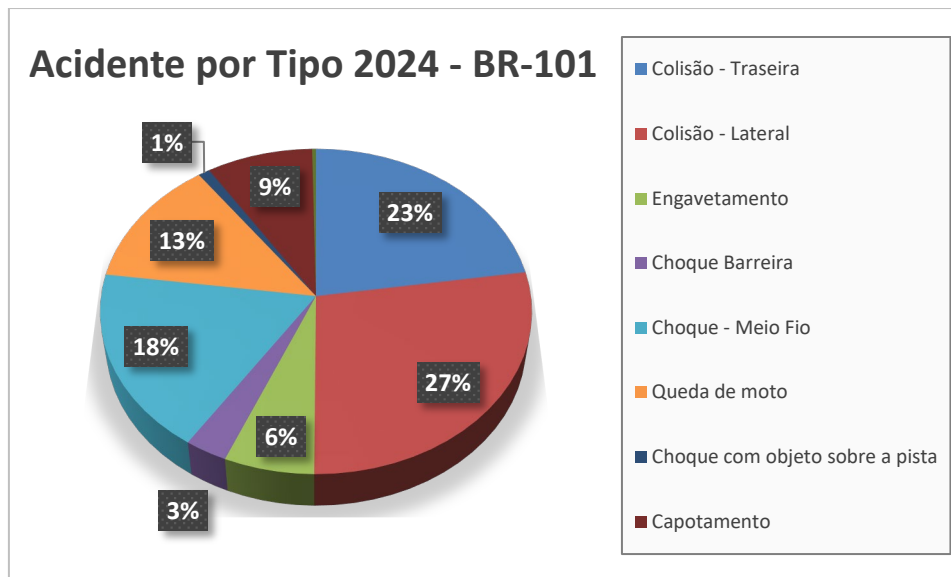


A figura apresenta o valor percentual dos principais tipos de acidentes detectados no trecho concedido da rodovia.

Acidente por tipo em 2024 BR-116



Acidente por tipo em 2024 BR-101



3.3. Dados de Operação da Concessão

3.3.1. Veículos Alocados

Na tabela são apresentadas as quantidades de veículos utilizados pela concessionária na operação da concessão no último mês do ano-base. Com o objetivo de permitir a comparação proporcional dos valores apresentados entre Concessionárias, a quantidade de veículos é dividida pela extensão da via sob concessão. Uma vez que o valor resultante da divisão da quantidade de veículos pela extensão total é muito pequeno, o resultado é multiplicado por 100 para facilitar a análise.

Tipos de veículos alocados na concessão

TIPO DE VEÍCULO - BR116	Quantidade	Qtd./100Km
Viatura de inspeção	18	5
Guincho Leve	22	6
Guincho Pesado	12	3
Guincho Super Pesado	4	1
Carro Resgate	17	5
Ambulância Simples UTI	6	2
Balança Móvel	0	0
Balança Fixa	0	0
Pick-up de supervisão	0	0
Carreta Reboque animais	1	0
Carreta Reboque de Veículos	16	5
Pipa	4	1
Munck	1	0
Moto	6	2
Caminhão Boiadeiro	3	1
Cesto Aéreo	1	0
VIR (veículo de intervenção rápida)	0	0
Total de veículos operacionais	111	31

TIPO DE VEÍCULO - BR101	Quantidade	Qtd./100Km
Viatura de inspeção	9	3
Guincho Leve	5	2
Guincho Pesado	4	1
Guincho Super Pesado	0	0
Carro Resgate	3	1
Ambulância Simples UTI	2	1
Balança Móvel	0	0
Balança Fixa	0	0
Pick-up de supervisão	0	0
Carreta Reboque animais	0	0
Carreta Reboque de Veículos	11	4
Pipa	1	0
Munck	0	0
Moto	0	0
Caminhão Boiadeiro	2	1
Cesto Aéreo	0	0
VIR (veículo de intervenção rápida)	0	0
Total de veículos operacionais	37	13

UNIDADE	Quantidade	Qtd./100Km
Administração	34	5
Pedágio	4	1
Animal	0	0
Caminhão	0	0
Kombi	0	0
Picape	0	0
Segurança de trabalho	9	1
Manutenção	18	3
Faixa de domínio	23	4
Total de veículos de apoio	88	14

No exercício de 2024, foram registrados 222.159 atendimentos ao usuário por meio do Sistema de Atendimento ao Usuário.

3.3.2. Funcionários Alocados

São apresentadas na tabela as quantidades de funcionários diretos e indiretos empregados pela Concessionária na operação da concessão no último mês do ano-base. Para facilitar a interpretação e a comparação proporcional dos valores apresentados entre concessionárias, é acrescentada uma coluna que divide a quantidade total de funcionários pelo VDMA da via concedida. Uma vez que o valor resultante da divisão da quantidade de funcionários pelo volume diário de veículos é muito pequeno, o resultado é multiplicado por 10.000 para facilitar a análise.

Tipo de funcionários alocados na concessão

FUNCIONÁRIOS	Quantidade	Qtde/VDMA
Ger. Operações	1	0
Coordenador(a) Operações	3	0
Sup. Tráfego	5	0
Operador(a) Tráfego II	146	3
Líder Balança	8	0
Operador(a) Balança	29	1
Auxiliar de Operações	9	0
Operador(a) Tráfego II (SOS Mecânico)	56	1
Operador Tráfego - Orientador	54	1
Médico	2	0
Socorrista APH	117	2
Líder Enfermagem APH	1	0
Total de Pessoal Operacional	431	8
Coordenador(a) Operações	1	0
Sup. Pedágio	2	0
Operador Pedágio	216	5
Total de Pessoal de Pedágio	219	5
Total	650	13

3.4.Aspectos Financeiros

O demonstrativo tem a finalidade de apresentar a receita da concessionária no ano base deste relatório juntamente com o valor da Receita Acumulada desde o início da concessão. O valor correspondente à receita obtida com pedágios se refere à renda adquirida com os pedágios e com outras fontes de receitas, sejam elas Complementares, Extraordinárias, Alternativas ou provenientes de Projetos Associados.

3.4.1. Receita (em R\$ mil)

	Em 2024	Acumulada
Receitas de pedágio	1.342.169	3.503.173
Receitas acessórias	11.511	30.809
Receitas de prestação de serviços entre partes relacionadas	326	1.565
Total das receitas	1.354.006	3.535.547

As seguintes tabelas mostram, respectivamente, os valores dos investimentos e da cobertura dos custos operacionais apresentados pela Concessionária no ano base, assim como os valores acumulados desde o início da concessão.

3.4.2. Investimentos DFC* (em R\$ mil)

	Em 2024	Acumulada
Adição do intangível	1.532.023	2.579.499
Aquisição de imobilizado	204.955	444.023
Total dos investimentos	1.736.978	3.023.522

(*) Movimentações caixa.

3.4.3. Custos Operacionais (em R\$ mil)

	Em 2024	Acumulada
Custos Operacionais	389.411	964.828

3.4.4. ISS repassados (em R\$ mil)

	Em 2024	Acumulada
Pedágio	71.890	195.604
Acessória	0	3
ISS Total	71.890	195.607

A tabela mostra o valor total dos ISS repassados para as prefeituras no ano base.

3.4.5. Tarifa

A tabela apresenta os valores referentes às tarifas praticadas no ano base em cada praça de pedágio, por categoria de veículo.

Valor da tarifa por praça de pedágio em R\$

Concessionária em números

SETEMBRO 2024 A AGOSTO 2025														
CATEGORIA	TARIFA EDITAL	AUTO	2D	3D	4D	5D	6D	7D	8D	9D	MOTO	3S	4S	10D
EIXO		1	2	3	4	5	6	7	8	9	0,5	1,5	2	10
BR 116 - Arujá	4,40	4,11	8,22	12,32	16,43	20,54	24,65	28,75	32,86	36,97	2,05	6,16	8,22	41,08
BR 116 - Guararema	4,40	4,11	8,22	12,32	16,43	20,54	24,65	28,75	32,86	36,97	2,05	6,16	8,22	41,08
BR 116 - Jacareí	16,40	15,31	30,62	45,93	61,24	76,56	91,87	107,18	122,49	137,80	7,66	22,97	30,62	153,11
BR 116 - Moreira César	14,10	13,16	26,33	39,49	52,66	65,82	78,98	92,15	105,31	118,47	6,58	19,75	26,33	131,64
BR 116 - Itatiaia	13,50	12,60	25,21	37,81	50,41	63,02	75,62	88,23	100,83	113,43	6,30	18,91	25,21	126,04
BR 101 - Itaguaí DU	4,70	4,39	8,78	13,16	17,55	21,94	26,33	30,72	35,10	39,49	2,19	6,58	8,78	43,88
BR 101 - Mangaratiba DU	4,70	4,39	8,78	13,16	17,55	21,94	26,33	30,72	35,10	39,49	2,19	6,58	8,78	43,88
BR 101 - Paraty DU	4,70	4,39	8,78	13,16	17,55	21,94	26,33	30,72	35,10	39,49	2,19	6,58	8,78	43,88
BR 101 - Itaguaí FDS	7,90	7,38	14,75	22,13	29,50	36,88	44,25	51,63	59,00	66,38	3,69	11,06	14,75	73,75
BR 101 - Mangaratiba FDS	7,90	7,38	14,75	22,13	29,50	36,88	44,25	51,63	59,00	66,38	3,69	11,06	14,75	73,75
BR 101 - Paraty FDS	7,90	7,38	14,75	22,13	29,50	36,88	44,25	51,63	59,00	66,38	3,69	11,06	14,75	73,75

Dados anuais		Unidade de medida ou comentário
Quilômetros de rodovia	625,8	
Número de veículos que transitaram	95.637.425	Quantidade por tamanho
Veículos leves	68.786.321	
Motos	N/A	
Caminhões	25.592.693	
Ônibus	530.180	
Veículos isentos	125	
Número de praças de pedágios	5	
Número de pórticos	3	Free Flow
Tarifa	-	Informação detalhada no item 3.4.5
Número de quilômetros mantidos	625,8	Quilômetros por ano
Índice de congestionamento	N/A	Por velocidade média de veículos
Trânsito Médio Diário Equivalente	476.700	Volume do trânsito corrigido por fatores de tipo de veículo. Gráfico no item 3.1.1
Trânsito Médio Diário Anual Equivalente	476.662	Média anual. Gráfico no item 3.1.1
Equipamentos utilizados pelo concessionário	236	Informação detalhada no item 3.3.1
Índices de qualidade de estrada	IRI < 3,5 m/KM	Microtextura (Índice de Irregularidade Longitudinal)
	HS>0,50	Macrotextura (Profundidade Média de Areia)

Receita de pedágio	1.342.169	Expresso em milhares de reais
Fator Capital		
Despesas de Depreciação	81.426	Valores detalhados nas notas explicativas 10 e 11.
Ativo Líquido (disponibilidades)	1.033.295	
Ativo Bruto	1.166.390	
Série Histórica dos Investimentos	1.529.596	Em unidades monetárias
Custo de Oportunidade do Capital	367.264	Custo de Capital
Fatores Intermediários		
Despesas em Administração	34.965	Em valores monetários, não incluir despesas trabalhistas administrativas
Despesas em Manutenção	448	Valores monetários
Outras Despesas	95.822	
Seguridade		
Quantidade de Acidentes	10.603	
Acidentes c/ vítimas feridas	5.130	
Acidentes s/ vítimas	5.269	
Acidentes c/ mortos	204	
Vítimas feridas	7.513	
Mortos	223	
Indicadores		
Receita por veículo	14,03	
Custo por veículo	4,07	

Balanço Social

Base de cálculo	2024
Faturamento bruto	
Receita líquida (RL)	2.531.626
Resultado operacional (RO)	762.059
Folha de pagamento bruta (FPB)	55.913
Folha de pagamento bruta - total remunerações	55.913
Folha de pagamento bruta - Total pago a empresas prestadoras de serviços	-
Indicadores do corpo funcional	
Nº de colaboradores ao final do período	1.099
Nº de admissões durante o período	368
Nº de demissões durante o período	358
Nº de estagiários (as)	0
Nº de colaboradores com até 18 anos	9
Nº de colaboradores entre 18 e 25 anos	146
Nº de colaboradores entre 25 e 45 anos	720
Nº de colaboradores acima de 45 anos	224
Nº de mulheres que trabalham na Concessionária	392

% de cargos gerenciais ocupados por mulheres	35%
Nº de negros (as) que trabalham na Concessionária	493
Nº de pessoas com deficiência física ou necessidades especiais	28

4. Demais assuntos

4.1. Governança Corporativa

A Companhia é administrada por um Conselho de Administração e por uma Diretoria Executiva com poderes conferidos pela lei aplicável e de acordo com o Estatuto Social. O Conselho de Administração é, atualmente, composto por dois membros efetivos, dentre os quais um é eleito Presidente. Nossa Diretoria é composta atualmente por três membros.

Os membros do Conselho de Administração, dentre os quais o Presidente, são eleitos pelos nossos acionistas reunidos em Assembleia Geral Ordinária para um mandato unificado de um ano, podendo ser reeleitos. Os membros de nosso Conselho de Administração também podem ser eleitos em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia.

Compete à Diretoria Executiva a gestão dos negócios sociais, observadas as deliberações da Assembleia Geral e do Conselho de Administração.

A Diretora de Relações com Investidores da Companhia é a Sra. Carla Henriques Silva Fornasaro, endereçada na Rodovia Presidente Dutra (BR 116 SP/RJ), km 184,3, Bairro Morro Grande, Santa Isabel, Estado de São Paulo pode ser contatada no telefone (11) 2795-2411 ou pelo e-mail cvm.riosp@grupoccr.com.br.

4.2. ESG

A sustentabilidade é um tema estratégico do Grupo CCR para impulsionar a geração de valor aos acionistas, clientes, fornecedores, sociedade, colaboradores e todos os seus outros públicos de relacionamento. Assim sendo, em 2024 anunciou a Ambição CCR 2035, consolidando a visão estratégica do Grupo CCR para a próxima década. Um dos pilares que a sustentam é a Liderança em Sustentabilidade, desdobrada em Estratégia de Sustentabilidade, revisada também neste ano, endereçando os temas materiais e compromissos da CCR.

Para garantir a implementação da Estratégia de Sustentabilidade, foi revisada e definida uma governança composta por: Conselho de Administração (CA), Comitê de Pessoas & ESG (CP&ESG), Comitê Estratégico de Sustentabilidade (CES), Grupo Tático e Operacional de Sustentabilidade (GTOS), Diretoria de Sustentabilidade e colaboradores CCR. As responsabilidades associadas aos membros da governança de sustentabilidade foram definidas e divulgadas no Regimento da Governança da Estratégia de Sustentabilidade do Grupo CCR.

Assegurada por uma estrutura de governança de forma que a sustentabilidade ocorra de maneira transversal à Companhia, desde o Conselho de Administração (CA) até as concessionárias que administram os ativos de infraestrutura do Grupo CCR, estando a gestão desta estratégia a cargo da Diretoria Vice-Presidência de Sustentabilidade, Riscos e Compliance. A atuação do Conselho de Administração, por meio do Comitê de Pessoas e ESG (CP&ESG) que o assessora, através do monitoramento e antecipação de tendências em temas globais de ESG (Environmental, Social and Governance), identificando questões críticas que representem oportunidades de aprimoramento, riscos ou que possam ter impacto relevante nos negócios, no relacionamento com partes interessadas, na imagem do Grupo CCR e nos seus resultados de curto, médio e longo prazos.

A Diretoria de Sustentabilidade (DS) conta com executiva responsável pela gestão do tema e equipe responsável por disseminar e internalizar os conceitos, práticas e estratégia para os negócios, atuando como um consultor interno para o tema, além de ser responsável por promover ações de engajamento e capacitação, buscando manter o pioneirismo à frente da agenda de sustentabilidade no setor de atuação.

Em 2024, seguimos avançando com a revisão/atualização e desdobramento da Estratégia de Sustentabilidade, além das metas ESG atreladas à remuneração variável dos executivos, que são desdobradas na Companhia. Seguimos integrando a carteira do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) e pelo 14º ano consecutivo, permanecemos listados no Índice de Carbono Eficiente (ICO2), ambos da B3. Além disso, mantivemos rating AA no MSCI (Morgan Stanley Capital International), conforme última atualização. Somos Selo Ouro no Programa Brasileiro GHG Protocol (Greenhouse Gas Protocol) desde 2013, alcançando a marca de 11 anos consecutivos. O score do CDP (Carbon Disclosure Project) 2024, assim como a atualização da carteira do ISE 2024/2025, não foram disponibilizados até a data de publicação deste Relatório.

Um sólido conjunto de políticas corporativas é a base para que a gestão da sustentabilidade esteja em linha com os objetivos estratégicos do Grupo CCR. Para conhecer as políticas do Grupo CCR, acesse a seção de Governança no site da CCR, no item Políticas, Estatuto, Código de Ética, Acordo de Acionistas e Outros Contratos - CCR.

Visando a transparência de suas ações, anualmente, o Grupo CCR divulga os resultados e avanços na gestão da sustentabilidade dos negócios por meio do seu Relatório Anual Integrado (RAI), adotando a metodologia proposta pelo Comitê Internacional para Relatos Integrados (sigla em inglês, IIRC) e dos indicadores padronizados internacionalmente, propostos pela Global Reporting Initiative (GRI) e Sustainability Accounting Standards Board (SASB).

Para ler a edição mais recente do Relatório Anual Integrado acesse:

<http://www.grupoccr.com.br/sustentabilidade/relatorios>

4.2.1 Iniciativas voluntárias

O Grupo CCR participa voluntariamente de iniciativas externas capitaneadas por instituições reconhecidas pelo esforço para a promoção do desenvolvimento sustentável.

Os principais movimentos aos quais a Companhia adere são:

- Pacto Global (Organização das Nações Unidas – ONU): iniciativa da ONU que dissemina 10 princípios a serem seguidos por companhias que ambicionam agir com responsabilidade e sustentabilidade.
- Agenda 2030 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS): plataforma da ONU que visa engajar governos, empresas, ONGs e cidadãos em prol do desenvolvimento sustentável.
- Disclosure Insight Action (CDP): coalizão internacional que fomenta a publicação de inventários de GEE (Gases do Efeito Estufa) e informações sobre a gestão das emissões para o público investidor.
- Global Reporting Initiative (GRI): organização multistakeholder que desenvolveu as diretrizes mais aceitas internacionalmente para o relato da gestão de sustentabilidade corporativa.
- Sustainability Accounting Standards Board (SASB): os padrões SASB promovem a divulgação de informações materiais de sustentabilidade para atender às necessidades dos investidores, de acordo com cada setor.
- Relato Integrado (IIRC): o principal objetivo desse framework é explicar para os stakeholders como a Companhia gera valor ao longo do tempo, em diferentes tipos de capitais.
- Movimento Ambição Net Zero: uma iniciativa do Pacto Global da ONU no Brasil, que apoia empresas a estabelecerem compromissos e metas em relação ao clima.
- Science Based Targets Initiative (SBTi): a iniciativa impulsiona ações climáticas ambiciosas no setor privado, permitindo que as organizações estabeleçam metas de redução de emissões com base científica.

- CEBDS: Adesão ao Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS), que em conjunto com as companhias associadas atuam como agentes de transformação, liderando e cocriando o caminho rumo a uma economia mais sustentável e equitativa para esta e, também, para futuras gerações.

4.2.2 Meio Ambiente – Principais ações e destaques

A busca pela redução de impactos ambientais e a otimização no consumo de recursos naturais são premissas da gestão sustentável dos negócios da CCR, consideradas em toda cadeia de valor das plataformas (rodovias, mobilidade urbana e aeroportos), colaborando na construção de uma economia de baixo carbono, mitigando os impactos na biodiversidade e reduzindo o consumo de recursos naturais. Para isso, o Grupo se fortalece com diretrizes corporativas, como a Política de Meio Ambiente e a Política de Mudanças Climáticas e apoia fortemente as iniciativas locais nas unidades de negócio, com a implantação do Sistema de Gestão Ambiental como um dos pilares do Sistema de Gestão Integrado CCR.

O Grupo CCR realiza a gestão da biodiversidade de flora e fauna de acordo com as exigências legais, como projetos de restauração florestal.

A Estratégia Climática é um tema material para o Grupo CCR, sendo pioneiro no setor neste ano ao divulgar a estratégia de resiliência climática para 100% dos seus ativos. A CCR também possui a Política de Mudanças Climáticas, que passou por revisão no final de 2024 e tem como objetivo estabelecer compromissos e diretrizes para a gestão de riscos, impactos e oportunidades, bem como para a adaptação aos efeitos dessas alterações e a redução das emissões de gases de efeito estufa nas operações nos negócios do Grupo CCR.

Ela afirma o compromisso com o esforço internacional de limitar o aquecimento global a 1,5°C até 2033, conforme definido no Acordo de Paris.

A agenda climática também compõe a Matriz de Riscos Corporativos do Grupo CCR, com base nas recomendações da Task Force on Climate-Related Financial Disclosures (TCFD).

Em 2023, recebeu a aprovação de suas metas de redução de gases de efeito estufa pela Science Based Targets Initiative (SBTi). Com isso, a CCR se tornou a primeira empresa do setor de infraestrutura no país a firmar o compromisso público de descarbonização com a iniciativa. Para contribuir com os avanços das metas estabelecidas e Ambição 2035, a CCR antecipou, em um ano, sua meta de abastecer 100% de suas operações com energia renovável.

Em 2024, a Companhia realizou a primeira operação de compra de crédito de carbono do Brasil, que será registrada na plataforma da B3. Além disso, firmou parceria com geradoras e transmissoras de energia elétrica renovável, reforçando seu compromisso com a sustentabilidade.

Ainda em 2024, o Grupo CCR iniciou a avaliação dos impactos, dependências, riscos e oportunidades para a Plataforma Rodovias seguindo a metodologia proposta pela TNFD - Task Force on Nature Financial Disclosure, denominada LEAP – Localize, Evaluate, Assess, Prepare. Tal iniciativa fundamentará a atuação da Companhia na adoção de Soluções Baseadas na Natureza (SBN, ou NBS – Nature Based Solutions) como medida de compensação dos impactos do negócio.

Outros destaques e informações podem ser verificados no site:

<https://www.grupoccr.com.br/sustentabilidade/relatorios>

4.3. Social

4.3.1 Gestão de Pessoas

A CCR tem como propósito melhorar a vida das pessoas através da mobilidade e como pilar estratégico a valorização das suas pessoas. Para isso, desenvolve ações estruturadas e planejadas para garantir segurança, bem-estar, desenvolvimento, reconhecimento e respeito à diversidade.

A Diretoria Vice-Presidência de Pessoas e Desenvolvimento Organizacional reporta-se diretamente ao Diretor-Presidente e consolida as áreas de desenvolvimento organizacional, atração e seleção, desenvolvimento de pessoas, educação corporativa, diversidade e inclusão, remuneração e benefícios, saúde e bem-estar, parceiros de negócios, relações sindicais e trabalhistas, segurança e qualidade.

Os destaques em 2024, alinhados com a nossa visão de “Liderar o setor de mobilidade”, foram os projetos de: (i) Evolução da Cultura “3 Is” (Integridade, Integração e Impacto), e (ii) Estrutura Organizacional, que visam a criação de valor por meio de uma organização ágil, simples e eficiente, agindo de forma integrada e colaborativa, com iniciativas e capacidades diferenciadas, evoluindo o modelo de Plataforma de Negócios e fortalecendo a atuação do Centro de Serviços Compartilhados, resultando em uma holding ainda mais estratégica.

Com o objetivo de manter as pessoas saudáveis, seguras e disponíveis para suas atividades, a Gestão de Segurança da CCR busca assegurar a continuidade dos negócios, demonstrando a confiabilidade operacional em suas atividades.

A cultura de segurança vem demonstrando sua efetividade no controle de riscos associados ao trabalho e no desenvolvimento da maturidade organizacional, frente aos desafios de proporcionar um ambiente seguro para os colaboradores. Em 2023, reduzimos em 47% a taxa de acidentes em relação a 2022. O resultado positivo está fundamentado em cinco pilares: o cumprimento de requisitos legais; a padronização de processos; o controle de riscos operacionais; a conscientização e treinamento das pessoas e a melhoria contínua da gestão de segurança. O programa de Segurança é pautado em ferramentas que influenciam os colaboradores a terem comportamento preventivo e proativo, considerando:

- Observação Comportamental (OC): promove a interação do Líder com o Liderado para correção de comportamentos inseguros e prover as práticas seguras no ambiente de trabalho.
- Índice de Práticas Seguras (IPS): inspeção técnica realizada pelo time da Segurança no ambiente de trabalho com objetivo de identificar e de tratar os riscos de acidentes.
- Eu Vejo Eu Protejo: Ferramenta para reporte de riscos e condições inseguras no ambiente de trabalho para todos os colaboradores.

Ressaltamos ainda a valorização da jornada de engajamento através da aplicação da Pesquisa Pulso e GPTW. O Grupo CCR conquistou, pela primeira vez, o 9º lugar, entre 175 Melhores Empresas para se Trabalhar no país (ranking do Great Place to Work), na categoria “Gigantes” (mais de 10 mil colaboradores). Também entrou na lista das 25 melhores empresas para Mulheres trabalharem no Brasil. Esse é o resultado de uma longa jornada dedicada a melhorar a vida das pessoas através da mobilidade.

Cuidamos da valorização dos nossos talentos, implantando uma metodologia para análise de potencial e ampliação do plano de sucessão da alta liderança. A Academia CCR também impulsionou a evolução cultural formando 238 multiplicadores de diversas áreas da Companhia. Colaboradores que foram formados para desempenharem este papel e disseminar o reforço do conteúdo para mais de 16 mil colaboradores.

Esse esforço reflete nosso compromisso em fortalecer a Cultura CCR, assegurando que ela seja vivenciada e compartilhada de maneira eficaz em todas as unidades de negócio. Foram registradas mais de 490 mil horas de treinamento em 2024. Além disso, realizamos a revisão e estruturação do Plano Diretor de Diversidade e Inclusão, pois acreditamos que um ambiente diverso e inclusivo é fundamental para construir caminhos mais saudáveis. Outros destaques foram a atualização do Plano de Cargos e Salários, incluindo ações para igualdade salarial entre mulheres e homens, e o relançamento do Programa Viva Bem (Programas de Qualidade de Vida e Benefícios).

Esse conjunto de iniciativas resulta em elevado grau de satisfação dos colaboradores que, em 31 de dezembro de 2024, somavam 17.124 pessoas, alocadas no Brasil (nos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Paraná, Bahia, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Goiás, Piauí, Tocantins, Maranhão e Pernambuco), na Costa Rica, Equador e em Curaçao.

4.3.2 Diversidade & Inclusão (D&I)

O Grupo CCR dedicou esforços para implementação do aprimoramento do modelo de Governança em D&I, com a criação do Comitê de D&I (liderado pela Vice Presidência de Pessoas e Desenvolvimento Organizacional e composto por outras lideranças e profissionais em posições estratégicas), sponsors (lideranças patrocinadoras que ocupam a posição de C-level, foram selecionadas como patrocinadores institucionais em cada pilar de D&I), Escritório de D&I (composto pela Diretora de Pessoas, time técnico de D&I e Gerência de Comunicação) e a definição das lideranças de grupos de afinidades nos pilares de (1) equidade de gênero, (2) raça e etnia, (3) pessoa com deficiência, (4) pessoas LGBTQIAPN+, (5) geracional e (6) culturas e regionalidades. Em curso estão uma agenda de capacitações para as pessoas integrantes desta Governança e discussões sobre as próximas etapas da jornada de D&I na Companhia.

Além disso, a continuidade de esforços no engajamento da autodeclaração racial e identidade de colaboradores. Como resultado, alcançou 95,5% dos colaboradores ativos (aumento de 1,5 p.p. com relação ao trimestre anterior) e com relação a autodeclaração de identidade de gênero, obteve 76,6% (aumento de 5 p.p. com relação ao trimestre anterior).

Como parte da agenda, destaques para:

- Lançamento do 2º ciclo do Programa de Mentoria Elas, com o objetivo de estimular o protagonismo de carreira feminino, apoiando um dos pilares do grupo de afinidade de equidade de gênero. Atualmente, 145 mulheres estão sendo mentoradas por 48 pessoas mentoras. Este ciclo contemplou a inclusão de homens como mentores. O ciclo de 2023, foram mais de 250 mulheres, entre mentoradas e mentoras. Adicionalmente, neste trimestre, contamos com a parceria com um fornecedor especializado no desenvolvimento de pessoas para apoiar o programa de mentoria conduzido pelo Grupo.
- Roda de conversa inédita sobre o agosto Lilás, discutindo sobre o combate da violência contra mulheres e meninas, como parte das ações de conscientização a colaboradores, que alcançou 626 pontos de conexão ao vivo, no total.
- Com a conclusão da agenda de capacitação das pessoas integrantes da Governança em D&I, o Grupo CCR lançou para os colaboradores, o Programa Pertencer - Inclusão e Respeito para Ser, apresentando o modelo de Governança em D&I e abriu as inscrições para participação nos grupos de afinidades dos pilares mencionados acima.
- Participação da CCR, como painelistas, no debate sobre a participação feminina em cargos de liderança, organizado pela Women in Leadership in Latin America (Will) e no 13º Super Fórum, promovido pela CKZ Diversidade, com o objetivo de engajar lideranças masculinas em ações concretas para a promoção de ambiente inclusivo e representatividade feminina nas corporações.
- Recebimento de condecoração pelas Prefeituras de São Paulo (SP) e Salvador (BA), no Selo de Igualdade Racial 2024, de ambas as prefeituras.
- No pilar de Equidade de Gênero, houve a capacitação de mentores para realização de mentorias a 145 mulheres do Programa Nós Por Elas.
- Roda de conversa sobre Justiça Climática, como parte das ações de conscientização a colaboradores, que alcançou 476 pontos de conexão ao vivo, no total.

4.3.3 Instituto CCR

O Instituto CCR é uma instituição privada sem fins lucrativos, criada em 2014 para gerenciar o investimento social do Grupo CCR. O objetivo é ampliar o conceito de mobilidade por meio de iniciativas de (i) educação e cultura, (ii) mobilidade e cidades sustentáveis, e (iii) saúde e segurança. Está sob responsabilidade do Instituto, a gestão dos projetos incentivados, voluntariado e programas proprietários.

Em abril de 2024, o Instituto CCR, completou 10 anos de atuação. Desde a sua fundação, já destinou cerca de R\$ 300 milhões a projetos sociais, beneficiando mais de 18 milhões de pessoas, em mais de 430 municípios de todo o País.

Em 2024, 2,9 milhões de pessoas foram impactadas direta e indiretamente nos mais de 57 projetos investidos. Ao longo do ano, 36 unidades do Grupo foram beneficiadas em 273 municípios impactados e R\$ 72 milhões investidos em ações sociais, contemplando verba direta e incentivo fiscal, alcançando um investimento recorde em toda sua trajetória.

Em 2024, o Grupo CCR assumiu ainda o compromisso de investir R\$ 750 milhões em iniciativas de impacto social até 2035, nos pilares de Educação & Cultura, Mobilidade & Cidades Sustentáveis e Saúde & Segurança.

O ICCR tem se consolidado como um dos principais patrocinadores da cultura no Brasil, apoiando museus em todo o Brasil, viabilizando a oferta de entradas gratuitas no Museu da Língua Portuguesa (SP), Instituto Tomie Ohtake (SP), no Museu do Amanhã (RJ) e na Fundação Casa Jorge Amado (BA).

O Instituto também ampliou a sua participação em feiras literárias, apoiando os principais projetos do país em 2024, como a Flip (Festa Literária Internacional de Paraty - RJ), a Flup (Festa Literária das Periferias - RJ), a Bienal do Livro de São Paulo, a Feira do Livro de São Paulo e a Festa Literária Internacional do Pelourinho (Flipelô - BA).

O Instituto CCR firmou ainda parceria com a Fundação Osesp para criação da Estação CCR das Artes. A nova sala de espetáculos fica localizada no Complexo Cultural Júlio Prestes e, em 2025, terá programação voltada para as músicas clássica e popular, dança, teatro, literatura e cinema, além de atividades educacionais.

Ao longo de 2024, o Instituto também fortaleceu o pilar de Mobilidade e Cidades Sustentáveis, que visa contribuir para tornar as cidades importantes vetores do desenvolvimento sustentável. Um dos destaques foi a criação de uma coalizão inédita para fomentar soluções sustentáveis e acelerar a descarbonização do setor de transportes no Brasil. O movimento é liderado pelo Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS), pelo Grupo CCR e pelo Observatório Nacional de Mobilidade Sustentável, do Inspere.

A intenção é contribuir com o Governo Federal e com a sociedade civil na definição das ações necessárias para cumprimento das metas de descarbonização, que serão estabelecidas no novo Plano Clima. Ao mesmo tempo, a iniciativa se prepara para apresentar seus resultados na COP30, em Belém, em novembro de 2025, buscando colocar o Brasil na vanguarda das discussões globais sobre a descarbonização do setor de transportes.

O Caminhos para a Cidadania, programa próprio do Instituto CCR, encerrou o ano de 2024 beneficiando mais de 6 mil professores em todo o Brasil. Os educadores tiveram acesso à plataforma de cursos da iniciativa, além de materiais de aula e jogos educativos. O programa impactou 280 municípios e 24 estados e o Distrito Federal. O destaque ficou para o Concurso Cultural, que selecionou 10 projetos escolares, que receberam recursos em benfeitorias para as escolas.

O Caminhos para a Saúde impactou mais de 70 mil pessoas em 2024, passando por 36 municípios de 13 estados brasileiros e beneficiando todas as plataformas de negócio do Grupo CCR. O programa foi realizado em diversos formatos, como em unidades fixas nas Rodovias (que realizam atendimentos de 2ª a 6ª feira), em eventos de corridas de rua nos aeroportos administrados pela CCR, em estações de metrô, entre outros. As ações contaram com serviços variados de saúde e bem-estar para a população, como massoterapia, serviço odontológico, aferição de pressão arterial, exames de glicemia e colesterol, corte de cabelo, podologia e trancista. Todos os serviços são gratuitos para a população, que é atendida por ordem de chegada.

Em 2024, o Grupo CCR também fortaleceu seu Programa de Voluntariado, com mais de 3 mil colaboradores, aumento de 80% no número de inscritos em comparação ao ano anterior. Foram realizadas 73 ações sociais, beneficiando mais de 21 mil pessoas nas comunidades em que a Companhia atua nas suas plataformas de rodovias, aeroportos e mobilidade urbana.

Saiba mais em www.institutoccr.com.br

4.4. Destaques do exercício

Os principais destaques da CCR RioSP em 2024 foram:

- Em janeiro de 2024, a CCR RioSP disponibilizou cabines de autoatendimento para pagamento do pedágio na Via Dutra.
- Em abril de 2024, a CCR RioSP iniciou as obras de construção da nova Serra das Araras, na Via Dutra.
- Em maio de 2024, a CCR RioSP entregou as novas pistas marginais da Via Dutra na região de Bonsucesso, em Guarulhos, além do novo dispositivo de retorno na região da Jacu Pêssego também em Guarulhos.
- Em maio de 2024, a CCR RioSP realizou uma série de ações de segurança dentro do “Maio Amarelo”
- Em junho de 2024, a CCR RioSP instalou os painéis de mensagens variáveis na RioSantos.
- Em junho de 2024, a CCR RioSP iniciou as detonações de rochas na Serra das Araras, uma das fases de construção das novas pistas de subida e de descida.
- Em julho de 2024, a CCR RioSP inaugurou o primeiro Ponto de Parada e Descanso (PPD) da Via Dutra, no km 95 sentido Rio de Janeiro, em Pindamonhangaba (SP).
- Em julho de 2024, a CCR RioSP entregou mais 4km de novas pistas marginais sentido São Paulo, em Guarulhos.
- Em agosto de 2024, a CCR RioSP iniciou a ampliação das pistas expressas na Via Dutra.
- Em setembro de 2024, a CCR RioSP realizou o primeiro simulado de acidente com produtos perigosos na rodovia Rio Santos, em Mangaratiba (RJ).
- Em setembro de 2024, a CCR RioSP iniciou um trabalho de recuperação de pavimento no trecho do Vale do Paraíba, na Via Dutra.
- Em setembro de 2024, a CCR RioSP realizou uma série de ações de segurança dentro da Semana Nacional do Trânsito.
- Em setembro de 2024, a CCR RioSP recebeu uma comitiva chinesa que veio conhecer o projeto de concessão de rodovias, entre eles, o da Via Dutra e da Rio Santos.
- Em outubro de 2024, a CCR RioSP fez uma série de ações de segurança para os peregrinos que seguiam em direção ao santuário de Aparecida.

4.4.1. Cláusula Compromissória

A Companhia está vinculada à arbitragem na Câmara de Arbitragem do Mercado, conforme cláusula compromissória constante em seu estatuto social.

5. Considerações Finais

5.1 Agradecimentos

Registramos nossos agradecimentos aos membros do Conselho de Administração pelo apoio prestado no debate e no encaminhamento das questões de maior interesse da Concessionária. Nossos reconhecimentos à dedicação e ao empenho do quadro funcional, extensivamente a todos os demais que direta ou indiretamente contribuíram para o cumprimento da missão da Concessionária.

5.2 Auditores Independentes

Em atendimento à determinação da Resolução CVM n.º 162, de 13 de julho de 2022, informamos que, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024, a Companhia não contratou seus Auditores Independentes para trabalhos diversos daqueles correlatos à auditoria externa.

Em nosso relacionamento com o Auditor Independente, buscamos avaliar o conflito de interesses com trabalhos de não auditoria com base no seguinte: o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, exercer funções gerenciais e promover nossos interesses.

As informações financeiras aqui apresentadas estão de acordo com os critérios da legislação societária brasileira e foram elaboradas a partir das demonstrações financeiras auditadas. As informações não financeiras, assim como outras informações operacionais não foram objetos de auditoria por parte dos auditores independentes.

5.3 Declaração da Diretoria

Em observância às disposições constantes nos incisos V e VI do § 1º do artigo 31 da Resolução CVM n.º 80 de 29 de março de 2022 conforme alterada, a Diretoria da Companhia declara que discutiu, reviu e concordou, por unanimidade, com as opiniões expressas no Relatório da KPMG Auditores Independentes Ltda. ("KPMG") sobre as Demonstrações Financeiras da Companhia, emitido nesta data, e com as Demonstrações Financeiras, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024.

Santa Isabel, 26 de fevereiro de 2025.

A Administração.



KPMG Auditores Independentes Ltda.

Rua Verbo Divino, 1400, Conjunto Térreo ao 801 - Parte, Chácara Santo Antônio,

CEP 04719-911, São Paulo - SP

Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo - SP - Brasil

Telefone +55 (11) 3940-1500

kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas e Administradores da

Concessionária do Sistema Rodoviário Rio - São Paulo S.A.

Santa Isabel – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Concessionária do Sistema Rodoviário Rio - São Paulo S.A. (Companhia) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Concessionária do Sistema Rodoviário Rio - São Paulo S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principal assunto de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Capitalização de gastos relacionados aos ativos de concessão

Veja as Notas 3.6, 3.13 e 11 das demonstrações financeiras

Principal assunto de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
<p>Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia reconheceu o montante de R\$ 1.372.683 mil referente a infraestrutura em construção que está sendo realizada na concessão.</p> <p>Conforme ICPC 01/OCPC 05 – Contratos de concessão, os gastos com melhorias ou ampliações da infraestrutura são reconhecidos como ativos, uma vez que representam serviços de construção com potencial de geração de receitas adicionais, enquanto que os gastos com manutenção da infraestrutura são reconhecidos como despesas quando incorridos, uma vez que não representam potencial de geração de receita adicional.</p> <p>A Companhia exerceu julgamentos para determinar quais os gastos que possuem potencial de geração de receitas adicionais e, conseqüentemente, são reconhecidos como ativos.</p> <p>Consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria, devido à natureza da política contábil relativa ao assunto e ao julgamento realizado pela Companhia para aplicação dessa política contábil, que pode ter efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:</p> <ul style="list-style-type: none">- Testes documentais, em base amostral, dos gastos com a construção e melhoria da infraestrutura em construção, incluindo: a inspeção das medições, notas fiscais, comprovantes de pagamentos e contratos.- Avaliação, em base amostral, da natureza dos gastos com a construção, melhoria e manutenção da infraestrutura, considerando os critérios e políticas contábeis para determinação se tais gastos são qualificáveis ou não para capitalização.- Avaliação se as divulgações nas demonstrações contábeis consideram as informações relevantes. <p>Com base nas evidências obtidas, por meio dos procedimentos de auditoria acima sumarizados, consideramos aceitáveis os gastos capitalizados com construção e melhoria da infraestrutura, assim como as respectivas divulgações, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.</p>

Outros assuntos – Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não

expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação

em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com os requisitos éticos pertinentes, de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar as ameaças ou as salvaguardas aplicadas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 26 de fevereiro de 2025

KPMG Auditores Independentes Ltda.

CRC 2SP-014428/O-6 SP


Marcelo Gavioli

Contador CRC 1SP201409/O-1

Concessionária do Sistema Rodoviário Rio – São Paulo S.A.

Balancos patrimoniais

em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro 2023

(Em milhares de reais)

Ativo	Nota	2024	2023
Circulante		1.233.835	702.424
Caixa e equivalentes de caixa	6	777.826	463.510
Aplicações financeiras	6	255.469	79.246
Contas a receber das operações	7.1	111.678	120.424
Contas a receber de partes relacionadas		8	1.656
Tributos a recuperar		29.770	31.599
Adiantamentos a fornecedores		1.160	1.175
Despesas antecipadas e outros créditos		57.924	4.814
Não circulante		4.808.682	3.270.294
Realizável a longo prazo			
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8.2	-	10.679
Contas a receber das operações	7.1	21.409	-
Contas a receber de partes relacionadas		-	21.077
Despesas antecipadas e outros		10.987	5.632
Imobilizado	10	409.955	197.078
Intangível	11	2.689.658	2.316.685
Infraestrutura em construção	11	1.673.993	712.444
Direito de uso em arrendamento		2.680	6.699
Total do Ativo		6.042.517	3.972.718
Passivo e Patrimônio Líquido	Nota	2024	2023
Circulante		252.167	1.269.966
Debêntures	13	6.119	1.053.310
Fornecedores	12	140.908	82.992
Imposto de renda e contribuição social		-	41.503
Impostos e contribuições a recolher		30.025	23.277
Obrigações sociais e trabalhistas		21.480	17.982
Fornecedores e contas a pagar a partes relacionadas	9	43.451	43.117
Obrigações com o Poder Concedente		2.454	2.348
Passivo de arrendamento		3.124	3.046
Passivo de arrendamento com partes relacionadas		-	764
Passivo de contrato		764	-
Outras obrigações		3.842	1.627
Não circulante		2.611.220	34.633
Debêntures	13	2.531.610	-
Fornecedores	12	13.276	7.019
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8.2	38.278	-
Obrigações sociais e trabalhistas		391	713
Fornecedores e contas a pagar a partes relacionadas	9	-	2.014
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e previdenciários	14.1	5.004	43
Provisão de manutenção	15	2.163	-
Passivo de arrendamento		-	2.789
Passivo de arrendamento com partes relacionadas	9	-	20.785
Passivo de contrato		19.995	-
Outras obrigações		503	1.270
Patrimônio Líquido	16	3.179.130	2.668.119
Capital social		2.185.554	2.034.123
Reserva de capital		958	307
Reservas de lucros		992.618	633.689
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		6.042.517	3.972.718

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Concessionária do Sistema Rodoviário Rio – São Paulo S.A.

Demonstrações de resultados

em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	2024	2023
Receitas operacionais líquidas	17	2.531.626	1.813.247
Custos dos serviços prestados		(1.638.834)	(1.023.658)
Custo de construção		(1.299.232)	(721.791)
Serviços		(78.972)	(78.625)
Depreciação e amortização	10 e 11	(79.699)	(58.374)
Custo com pessoal		(92.194)	(91.773)
Provisão de manutenção		(2.092)	-
Materiais, equipamentos e veículos		(24.243)	(27.150)
Outros		(62.402)	(45.945)
Lucro bruto		892.792	789.589
Despesas operacionais			
Despesas gerais e administrativas		(130.733)	(98.138)
Despesas com pessoal		(55.913)	(46.519)
Serviços		(34.965)	(24.904)
Materiais, equipamentos e veículos		(3.392)	(2.783)
Depreciação e amortização	10 e 11	(1.727)	(214)
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e previdenciários		(4.961)	(34)
Lei Rouanet, Incentivos audiovisuais, esportivos e outros		(7.835)	(8.509)
Campanhas publicitárias e eventos, feiras e informativos		(5.902)	(4.482)
Aluguéis de imóveis e condomínios		(48)	(2.727)
Água, luz, telefone, internet e gás		(2.864)	(1.644)
Gastos com viagens e estadias		(960)	(1.188)
Contribuições a sindicatos e associações de classe		(646)	(752)
Impostos, taxas e despesas com cartório		(301)	(334)
Editais e publicações		(120)	(68)
Despesas legais e judiciais		(260)	(88)
Despesas, provisões e multas indedutíveis		85	(96)
Outras despesas (receitas) operacionais		(10.924)	(3.796)
Resultado antes do resultado financeiro		762.059	691.451
Resultado financeiro	18	(45.451)	(45.706)
Lucro operacional antes do imposto de renda e da contribuição social		716.608	645.745
Imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos	8.1	(179.525)	(160.757)
Lucro líquido do exercício		537.083	484.988
Lucro líquido por ação - básico e diluído (em reais - R\$)	16.6	0,2640	0,2384

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Concessionária do Sistema Rodoviário Rio – São Paulo S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes

em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro 2023

(Em milhares de reais)

	2024	2023
Lucro líquido do exercício	537.083	484.988
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	537.083	484.988

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Concessionária do Sistema Rodoviário Rio – São Paulo S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

	Nota	Reserva de capital		Reservas de lucros		Lucros acumulados	Total
		Capital social	Plano de Incentivo de Longo Prazo	Legal	Reserva de retenção de lucros		
Saldos em 1º de janeiro de 2023		2.034.123	-	22.121	286.645	-	2.342.889
Lucros líquido do exercício		-	-	-	-	484.988	484.988
Plano de Incentivos de Longo Prazo, liquidáveis em ações		-	307	-	-	-	307
Destinações:		-	-	-	-	-	-
Reserva legal		-	-	24.249	-	(24.249)	-
Reserva de retenção de lucros		-	-	-	300.674	(300.674)	-
Juros sobre capital próprio em 12 de dezembro de 2023 (líquido)		-	-	-	-	(136.055)	(136.055)
Juros sobre capital próprio em 12 de dezembro de 2023 (IRRF)		-	-	-	-	(24.010)	(24.010)
Saldos em 31 de dezembro de 2023		2.034.123	307	46.370	587.319	-	2.668.119
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	537.083	537.083
Aumento de capital em 20 de dezembro de 2024	16.1	151.431	-	-	-	-	151.431
Plano de Incentivos de Longo Prazo, liquidáveis em ações	16.7	-	651	-	-	-	651
Destinações:		-	-	-	-	-	-
Reserva legal	16.2	-	-	26.854	-	(26.854)	-
Reserva de retenção de lucros	16.3	-	-	-	332.075	(332.075)	-
Juros sobre capital próprio em 13 de dezembro de 2024 (líquido)	16.5	-	-	-	-	(151.431)	(151.431)
Juros sobre capital próprio em 13 de dezembro de 2024 (IRRF)	16.5	-	-	-	-	(26.723)	(26.723)
Saldos em 31 de dezembro de 2024		2.185.554	958	73.224	919.394	-	3.179.130

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Concessionária do Sistema Rodoviário Rio – São Paulo S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa – Método indireto
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

Fluxos de caixa das atividades operacionais	Nota	2024	2023
Lucro líquido do exercício		537.083	484.988
Ajustes por:			
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8.2	48.957	(8.011)
Provisão (reversão) para perda esperada - contas a receber das operações	7.1	(2)	2
Depreciação e amortização	10 e 11	77.407	54.569
Baixa do ativo imobilizado	10	16	-
Constituição líquida de reversões e atualizações para provisões de riscos cíveis, trabalhistas e previdenciários	14.1	25.445	25.762
Comissão de fiança partes relacionadas	18	-	2.770
Juros e variações monetárias sobre debêntures	18	203.907	153.602
Capitalização de custo de empréstimos	18	(77.340)	-
Constituição da provisão de manutenção	15	2.092	-
Ajuste a valor presente provisão manutenção	15	71	-
Variações cambiais sobre fornecedores estrangeiros	18	81	7
Rendimento de aplicação financeira		(13.079)	(43.453)
Reversão do ajuste a valor presente do arrendamento		509	888
Depreciação – Direito de uso em arrendamento		4.019	4.019
Plano de incentivo de longo prazo liquidável em ações	16.7	651	307
Variações nos ativos e passivos			
(Aumento) redução dos ativos			
Contas a receber das operações	7.1	9.904	45.527
Contas a receber de partes relacionadas	9	160	1.914
Tributos a recuperar		1.829	(4.332)
Adiantamentos a fornecedores		15	(1.175)
Despesas antecipadas e outros créditos		(58.465)	(8.756)
Aumento (redução) dos passivos			
Fornecedores	12	240.465	(168.901)
Fornecedores e contas a pagar a partes relacionadas	9	(111)	24.062
Imposto de renda e contribuição social a recolher		89.810	153.054
Pagamentos de imposto de renda e contribuição social		(151.288)	(187.194)
Obrigações com o Poder Concedente		106	128
Pagamento de provisão para riscos cíveis, trabalhistas e previdenciários	14.1	(20.484)	(25.728)
Obrigações sociais e trabalhistas		3.176	6.579
Passivo de contrato		(789)	-
Outras obrigações		1.448	2.786
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		925.593	513.414
Fluxos de caixa das atividades de investimentos			
Aquisição de ativo imobilizado	10	(204.955)	(115.881)
Aquisição de ativo intangível	11	(1.532.023)	(623.952)
Outros de ativo imobilizado e intangível	11	13.123	24.606
Aplicações financeiras líquidas de resgate	6	(117.445)	454.177
Resgates / aplicações (conta reserva)	6	(45.699)	-
Caixa líquido usado nas atividades de investimentos		(1.886.999)	(261.050)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos			
Debêntures:			
Captações	21.2	2.481.086	-
Pagamentos de principal	21.2	(1.050.000)	(154.032)
Pagamentos de juros	21.2	(150.574)	-
Juros sobre capital próprio pago		-	(249.665)
Arrendamento:			
Pagamento de principal	21.2	(4.790)	(7.192)
Caixa líquido proveniente das (usado nas) atividades de financiamento		1.275.722	(410.889)
Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa		314.316	(158.525)
Demonstração do aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa			
No início do exercício		463.510	622.035
No final do exercício		777.826	463.510
		314.316	(158.525)

Concessionária do Sistema Rodoviário Rio – São Paulo S.A.

Demonstrações do valor adicionado

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

	Nota	2024	2023
Receitas			
Receitas operacionais	17	2.653.238	1.922.331
Outras Receitas		570	321
Provisão para perda esperada - contas a receber	7.1	2	(2)
Insumos adquiridos de terceiros			
Custos dos serviços prestados		(159.512)	(159.084)
Custos de construção		(1.299.232)	(721.791)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(68.846)	(48.220)
Provisão de manutenção		(2.092)	-
Valor adicionado bruto		1.124.128	993.555
Depreciação e amortização	10 e 11	(81.426)	(58.588)
Valor adicionado líquido gerado pela Companhia		1.042.702	934.967
Valor adicionado recebido em transferência			
Receitas financeiras	18	84.894	113.085
Valor adicionado total a distribuir		1.127.596	1.048.052
Distribuição do valor adicionado			
Empregados			
Remuneração direta		78.097	81.423
Benefícios		34.938	26.594
FGTS		7.180	6.202
Outras		2.088	2.614
Tributos			
Federais		255.338	226.838
Estaduais		845	629
Municipais		71.926	65.102
Remuneração de capitais de terceiros			
Juros		130.105	158.210
Aluguéis		9.996	(4.548)
Remuneração de capitais próprios			
Juros sobre capital próprio		178.154	160.065
Lucros retidos do exercício		358.929	324.923
		1.127.596	1.048.052

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras



1. Contexto operacional

A Concessionária do Sistema Rodoviário Rio - São Paulo S.A. ("Companhia"), é uma sociedade anônima fechada domiciliada no Brasil. A sede está localizada na Rodovia Presidente Dutra, s/nº, km 184,3, pista norte (sentido RJ), bairro Morro Grande, na Cidade de Santa Isabel, Estado São Paulo.

A Companhia foi constituída em 10 de novembro de 2021, tendo o contrato de concessão assinado em 28 de janeiro de 2022 por um prazo de 30 anos.

A Companhia é responsável pela prestação de serviço de exploração da infraestrutura e da prestação do serviço público de recuperação, operação, manutenção, monitoração, conservação, implantação de melhorias, ampliação de capacidade e manutenção do nível de serviço do Sistema Rodoviário Rio de Janeiro (RJ) - São Paulo (SP), composto por: (i) Rodovia BR-116/RJ, entre o entroncamento com a BR-465 no município de Seropédica (km 214,7), e a divisa RJ/SP (km 339,6); (ii) Rodovia BR-116/SP, entre a divisa RJ/SP (km 0) e o entroncamento com a BR-381/SP-015, Marginal Tietê (km 230,6); (iii) Rodovia BR-101/RJ, entre o entroncamento com a BR-465, no município do Rio de Janeiro (Campo Grande) (km 380,8), e a divisa RJ/SP (km 599); e (iv) Rodovia BR-101/SP - entre a divisa RJ/SP (km 0) e Praia Grande, Ubatuba (km 52,1).

As operações foram iniciadas em 1º de março de 2022.

Bens reversíveis, opção de renovação do contrato de concessão e direitos de rescindir o contrato

No final do período de concessão, retornam ao Poder Concedente todos os direitos, privilégios e bens adquiridos, construídos ou transferidos no âmbito do contrato de concessão, sem direito a indenizações. A Companhia terá direito ao ressarcimento relativo aos investimentos necessários para garantir a continuidade e atualidade dos serviços abrangidos pelo contrato de concessão, desde que ainda não tenham sido depreciados/amortizados e cuja implementação, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo de concessão.

Apesar de o contrato de concessão não incluir cláusulas de renovação, a extensão do prazo de concessão pode ocorrer em caso de necessidade de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato pactuado entre as partes.

O direito do Poder Concedente de rescindir o contrato de concessão, inclui o desempenho insatisfatório da Companhia e a violação significativa dos termos do referido contrato.

O contrato de concessão poderá ser rescindido por iniciativa da Companhia, no caso de descumprimento das normas contratuais pelo Poder Concedente, tais como, o não pagamento por parte do Poder Concedente conforme estabelecido no contrato, mediante ação judicial especialmente intentada para esse fim. Neste caso, os serviços prestados pela Companhia não poderão ser interrompidos ou paralisados, até a decisão judicial transitada em julgado.

1.1 Outras informações relevantes - Processos judiciais, administrativos-regulatórios e arbitragem relacionados a questão do contrato de concessão

A Companhia é parte em processos judiciais, administrativos-regulatórios e arbitragens, relacionados a questão do contrato de concessão.



Tais processos administrativos-regulatórios são os instrumentos formais pelos quais ocorre a interação entre a Companhia e o Poder Concedente (como uma relação de prestador de serviço com o cliente) a respeito de temas diversos relativos ao contrato de concessão, abrangendo, mas não se limitando a, questões que afetam interpretação contratual e o equilíbrio econômico-financeiro da concessão.

Tais processos administrativos-regulatórios podem ser iniciados por qualquer das partes, e neles são apresentados e debatidos temas técnicos, regulatórios, contratuais e jurídicos de naturezas diversas sobre a dinâmica da concessão. Durante a sua tramitação, tais processos trazem posições preliminares ou não definitivas a respeito das expectativas de direito de cada parte solicitante. Decisões administrativas devem ser proferidas observando a legislação própria de regência e os próprios contratos de concessão e, de uma forma geral, podem ser objeto de revisão judicial ou arbitral.

As naturezas dessas discussões contratuais tipicamente envolvem reajustes tarifários, eventos de força maior, modificações no momento de execução ou no escopo de obras previstas no contrato de concessão, controvérsias sobre o cumprimento ou não de requisitos contratuais específicos ou ainda sua forma de mensuração.

Existem incertezas relacionadas à mensuração dos processos regulatórios, dentre elas: (i) o entendimento de cada uma das partes sobre o tema, (ii) negociações ou suas evoluções subsequentes, que alteram substancialmente os valores envolvidos, (iii) a complexidade de mensuração, que comumente envolvem perícias técnicas, (iv) elevada probabilidade de que temas diversos sejam avaliados e solucionados de forma conjunta, pelo respectivo saldo líquido dos pleitos reconhecidos de cada parte, e (v) a forma da liquidação.

As resoluções finais sobre os temas regulatórios podem se dar de diversas formas, não excludentes, tais como: i) recebimento ou pagamento em caixa; ii) extensão ou redução de prazo contratual da concessão; iii) redução ou incremento de compromisso de investimentos futuros, aumento ou redução da tarifa.

Além disso, reequilíbrios recebidos sob a forma de aumento ou redução tarifária são reconhecidos à medida em que o serviço é prestado pela concessionária, assim como, reequilíbrios sob a forma de redução ou aumento de compromissos de investimentos futuros, que, por serem contratos executórios, serão reconhecidos no momento da realização da obra de melhoria da infraestrutura.

O acionista e a Administração da Companhia reiteram sua confiança nos procedimentos legais vigentes aplicáveis ao contrato de concessão e avalia o risco de perda das discussões relacionadas a questões regulatórias dos contratos como sendo remoto e/ou sem expectativa de desembolso de caixa.

As demonstrações financeiras não contemplam ajustes decorrentes dessas discussões.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às Práticas contábeis adotadas no Brasil)

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP).

Em 26 de fevereiro de 2025, foi aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia a emissão das demonstrações financeiras.



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras estão divulgadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo através do resultado.

Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas periodicamente pela Administração da Companhia, sendo as alterações reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas na data da emissão do relatório que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas notas explicativas:

- 7.1. **Provisão para perda esperada:** principais premissas para determinação do risco de crédito;
- 8.2. **Reconhecimento de ativos fiscais diferidos:** disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais poderão ser utilizados;
11. **Amortização dos ativos intangíveis:** curva de amortização;
- 14.1. **Provisão para riscos cíveis, trabalhistas, previdenciários e tributários:** determinação de valor suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso;
15. **Provisão de manutenção:** estimativa de valor para manutenção futura e taxa de desconto da estimativa; e
19. **Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo:** premissas para mensuração do valor justo, com base em dados observáveis.

3. Políticas contábeis materiais

As políticas contábeis materiais descritas têm sido aplicadas consistentemente nos exercícios apresentados nas demonstrações financeiras.



3.1. Receitas de contratos com clientes

É aplicado um modelo de cinco etapas para contabilização de receitas decorrentes de contratos com clientes, de tal forma que uma receita é reconhecida por um valor que reflete a contrapartida a que uma entidade espera ter direito em troca de transferência de bens ou serviços para um cliente.

As cinco etapas mencionadas acima são: (1) identificação de contratos com clientes; (2) identificação das obrigações de desempenho do contrato; (3) determinação do preço de transação; (4) alocação do preço da transação para obrigações de performance e; (5) reconhecimento da receita.

As receitas de pedágio são reconhecidas quando da utilização pelos usuários/clientes das rodovias.

As receitas acessórias são reconhecidas quando da prestação dos serviços. A receita de aluguel oriunda de arrendamento operacional é reconhecida pelo método linear durante o período de vigência do arrendamento.

Receitas de construção: segundo a ICPC 01 (R1), quando a concessionária presta serviços de construção ou melhorias na infraestrutura, contabiliza receitas e custos relativos a estes serviços, os quais são determinados em função do estágio de conclusão da evolução física do trabalho contratado, que é alinhada com a medição dos trabalhos realizados.

As receitas são reconhecidas no período de competência, ou seja, quando da utilização pelos usuários dos bens públicos objeto da concessão ou quando da prestação de serviço.

Os valores das tarifas são pactuados na celebração do contrato de concessão, que prevêem as premissas de reajustes anuais.

Uma receita não é reconhecida se há incerteza significativa na sua realização.

Para maiores detalhes, vide nota explicativa n.º 17.

3.2. Instrumentos financeiros

Reconhecimento e mensuração inicial

O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, mais ou menos, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado (VJR), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

Classificação e mensuração subsequente

Ativos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ou ao VJR.



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia;
- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.



Ativos financeiros - Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;
- termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros a custo amortizado Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros a VJR Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado.

Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando:

- os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram; ou



- transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação em que:
 - substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos; ou
 - a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.3. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e aplicações financeiras com conversibilidade imediata e risco insignificante de mudança de valor. São recursos mantidos com a finalidade de atender compromissos de curto prazo.

Além dos critérios acima, utiliza-se como parâmetro de classificação, as saídas de recursos previstas para os próximos 3 meses a partir da data da avaliação.

Aplicações financeiras

Refere-se aos demais investimentos financeiros não enquadrados nos itens acima mencionados.

3.4. Custo de transação na emissão de títulos de dívida

Os custos incorridos na captação de recursos junto a terceiros são apropriados ao resultado em função da fluência do prazo, com base no método do custo amortizado, que considera a Taxa Interna de Retorno (TIR) da operação para a apropriação dos encargos financeiros durante a vigência da operação. A taxa interna de retorno considera todos os fluxos de caixa, desde o valor líquido recebido pela concretização da transação até todos os pagamentos efetuados ou a efetuar para a liquidação dessa transação.



3.5. Ativo imobilizado

Reconhecimento e mensuração

O ativo imobilizado é mensurado ao custo histórico de aquisição ou construção de bens, deduzido das depreciações acumuladas e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando necessário.

Os custos dos ativos imobilizados são compostos pelos gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição/construção dos ativos, incluindo custos dos materiais, de mão de obra direta e quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e em condição necessária para que esses possam operar. Além disso, para os ativos qualificáveis, os custos de empréstimos são capitalizados.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos do item do imobilizado a que se referem, caso contrário, são reconhecidos no resultado como despesas.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado apurados pela comparação entre os recursos advindos de alienação com o valor contábil do mesmo são reconhecidos no resultado em outras receitas/despesas operacionais.

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido como tal, caso seja provável que sejam incorporados benefícios econômicos a ele e que o seu custo possa ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção são reconhecidos no resultado quando incorridos.

Depreciação

A depreciação é computada pelo método linear, às taxas consideradas compatíveis com a vida útil econômica e/ou o prazo de concessão, dos dois o menor. As principais taxas de depreciação estão demonstradas na nota explicativa n.º 10.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício social e eventuais ajustes são reconhecidos como mudanças de estimativas contábeis.

3.6. Ativos intangíveis

A Companhia possui os seguintes ativos intangíveis:

- Direito de uso de sistemas informatizados

São demonstrados ao custo de aquisição, deduzidos da amortização, calculada de acordo com a vida útil.

- Direito de exploração de infraestrutura – vide item 3.14

Os ativos em fase de construção são classificados como infraestrutura em construção.

Os ativos intangíveis com vida útil definida são monitorados sobre a existência de qualquer indicativo sobre a perda de valor recuperável. Caso tais indicativos existam, a Companhia efetua o teste de valor recuperável.



3.7. Redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*)

Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.

As perdas de crédito esperadas para 12 meses são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço (ou em um período mais curto, caso a vida esperada do instrumento seja menor do que 12 meses).

As provisões para perdas com contas a receber de clientes sem componente significativo de financiamento, são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento, as quais resultam de todos os possíveis eventos de inadimplemento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro.

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia está exposta ao risco de crédito.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. Quando aplicável, as perdas de crédito são mensuradas a valor presente, pela diferença entre os fluxos de caixa a receber devidos a Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber.

As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos.

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos e debitada no resultado.

Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável e, caso seja constatado que o ativo está *impaired*, um novo valor do ativo é determinado.

A Companhia determina o valor em uso do ativo tendo como referência o valor presente das projeções dos fluxos de caixa esperados, com base nos orçamentos aprovados pela Administração, na data da avaliação até a data final do prazo de concessão, considerando taxas de descontos que reflitam os riscos específicos relacionados a cada unidade geradora de caixa.

Durante a projeção, as premissas chaves consideradas estão relacionadas à estimativa de tráfego/usuários do projeto de infraestrutura detido, aos índices que reajustam as tarifas, ao crescimento do Produto Interno Bruto



(PIB) e à respectiva elasticidade ao PIB do negócio, custos operacionais, inflação, investimento de capital e taxas de descontos.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado caso o valor contábil de um ativo exceda seu valor recuperável estimado.

O valor recuperável de um ativo é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo.

Quanto aos demais ativos, as perdas de valor recuperável reconhecidas em períodos anteriores são avaliadas a cada data de apresentação para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não mais exista. Uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável, somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

3.8. Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou não formalizada constituída como resultado de um evento passado, que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação.

Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado.

3.9. Provisão de manutenção – contratos de concessão

As obrigações contratuais para manter a infraestrutura concedida com um nível específico de operacionalidade ou de recuperar a infraestrutura na condição especificada antes de devolvê-la ao Poder Concedente ao final do contrato de concessão, são registradas e avaliadas pela melhor estimativa de gastos necessários para liquidar a obrigação presente na data do balanço.

A política da Companhia define que estão enquadradas no escopo da provisão de manutenção as intervenções físicas, de caráter periódico claramente identificado, destinadas a recompor a infraestrutura concedida às condições técnicas e operacionais exigidas pelo contrato, ao longo de todo o período da concessão.

Considera-se uma obrigação presente de manutenção somente a próxima intervenção a ser realizada. Obrigações reincidentes ao longo do contrato de concessão passam a ser provisionadas à medida que a obrigação anterior tenha sido concluída e o item restaurado colocado novamente à disposição dos usuários.

A provisão de manutenção é contabilizada com base nos fluxos de caixa previstos de cada objeto de provisão trazidos a valor presente levando-se em conta o custo dos recursos econômicos no tempo e os riscos do negócio.

3.10. Receitas e despesas financeiras

Receitas financeiras compreendem basicamente os juros provenientes de aplicações financeiras, mudanças no valor justo de instrumentos financeiros ativos, os quais são registrados através do resultado do exercício e variações monetárias e cambiais positivas sobre instrumentos financeiros passivos.



As despesas financeiras compreendem basicamente os juros, variações monetárias e cambiais sobre passivos financeiros, recomposições dos ajustes a valor presente sobre provisões e mudanças no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado. Custos de empréstimos que não sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis são reconhecidos no resultado do exercício com base no método da taxa efetiva de juros.

3.11. Benefícios a empregados

Planos de contribuição definida

Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos períodos durante os quais serviços são prestados pelos empregados.

Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

3.12. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, considerando a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido.

O imposto corrente é o imposto a pagar sobre o lucro tributável do exercício, às taxas vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras.

O imposto diferido é reconhecido em relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço, e reflete a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver.

Na determinação do imposto de renda corrente e diferido a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas às posições fiscais tomadas e, se o pagamento adicional de imposto de renda e juros deve ser realizado. A Companhia acredita que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada em relação a todos os exercícios fiscais em aberto baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas, que levariam a Companhia a mudar o seu julgamento quanto à adequação da provisão existente, tais alterações impactarão a despesa com imposto de renda no ano em que forem realizadas.



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, relacionado a imposto de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por prejuízos fiscais, bases negativas e diferenças temporárias dedutíveis quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais estes serão utilizados, limitando-se a utilização a 30% dos lucros tributáveis futuros anuais.

Os impostos ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias consideram a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentados em estudo técnico de viabilidade aprovado pela administração, que contemplam premissas que são afetadas por condições futuras esperadas da economia e do mercado, além de premissas de crescimento da receita decorrente de cada atividade operacional da Companhia, que podem ser impactados pelas reduções ou crescimentos econômicos, as taxas de inflação esperadas, volume de tráfego, entre outras.

O imposto diferido não é reconhecido para diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil.

3.13. Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado líquido atribuível aos controladores da Companhia e a média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o exercício. A Companhia não possui instrumentos que poderiam potencialmente diluir o resultado básico por ação.

O resultado por ação diluído é calculado por meio do resultado líquido atribuível aos controladores da Companhia e a média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o exercício, ajustado pelas potenciais ações ordinárias diluidoras, oriundas do plano de Incentivo de Longo Prazo (ILP).

3.14. Contratos de concessão de serviços – Direito de exploração de infraestrutura (ICPC 01 – R1)

A infraestrutura, dentro do alcance da Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão, não é registrada como ativo imobilizado do concessionário, porque o contrato de concessão prevê apenas a cessão de posse desses bens para a prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao Poder Concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem acesso para construir e/ou operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do Poder Concedente, nas condições previstas no contrato.

Nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance da ICPC 01 (R1), o concessionário atua como prestador de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação) durante determinado prazo.

Se o concessionário presta serviços de construção ou melhoria, a remuneração recebida ou a receber pelo concessionário é registrada pelo valor justo. Essa remuneração pode corresponder a direito sobre um ativo intangível, um ativo financeiro ou ambos. O concessionário reconhece um ativo intangível à medida que recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários pela prestação dos serviços públicos.



Caso a Companhia seja remunerada pelos serviços de construção parcialmente através de um ativo financeiro e parcialmente por um ativo intangível, então cada componente da remuneração recebida ou a receber é registrado individualmente e é reconhecido inicialmente pelo valor justo da remuneração recebida ou a receber.

O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos dispêndios realizados na construção de obras de melhoria em troca do direito de cobrar os usuários pela utilização da infraestrutura. Este direito é composto pelo custo da construção somado à margem de lucro e aos custos dos empréstimos atribuíveis a esse ativo. A Companhia estimou que eventual margem líquida de impostos, é irrelevante, considerando-a zero.

O direito de exploração da infraestrutura também pode ser oriundo de pagamentos ao Poder Concedente em troca do direito de cobrar os usuários pela utilização da infraestrutura.

Dispêndios realizados na construção de obras de melhorias que não geram benefício econômico futuro são registrados como custo quando incorridos por não atenderem ao critério de reconhecimento de ativo intangível.

A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com a curva de benefício econômico esperado ao longo do prazo de concessão, tendo sido adotada a curva de tráfego estimada como base para a amortização.

3.15. Informação por segmento

A operação da Companhia consiste na exploração de concessão pública de rodovia, sendo este o único segmento de negócio e maneira em que as decisões e recursos são feitas.

A área geográfica de concessão da Companhia é dentro dos Estados do Rio de Janeiro e de São Paulo e as receitas são provenientes de cobrança de tarifa de pedágio dos usuários das rodovias (clientes externos).

Nenhum cliente externo representa mais do que dez por cento das receitas totais da Companhia.

3.16. Demonstrações do valor adicionado

A Companhia elaborou Demonstrações do Valor Adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme CPCs e aplicável às companhias abertas, enquanto para IFRS representam informação financeira adicional.

3.17. Pagamento baseado em ações

Os pagamentos baseados em ações, liquidáveis em ações, são contabilizados de acordo com o valor dos instrumentos patrimoniais outorgados com base no valor justo na data de outorga. Esse custo é reconhecido durante o período de carência para aquisição do direito dos instrumentos.

3.18. Adoção inicial de normas novas e alterações

A Companhia adotou, inicialmente, a partir de 1º de janeiro de 2024, novas normas que não produziram impactos relevantes nas suas demonstrações financeiras findas em 31 de dezembro de 2024:

- Acordos de financiamento de fornecedores (Risco Sacado) – alterações ao CPC 03/IAS 7 e CPC 40/IFRS 7
- Classificação do passivo em circulante ou não circulante – alterações ao CPC 26 (IAS 1) e CPC 23 (IAS 8)
- Passivo não circulante com *covenants* – alterações ao CPC 26 (IAS 1);



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- Passivos de arrendamento em uma venda e *leaseback* – alterações ao CPC 06 (IFRS 16);
- Venda ou contribuição de ativos entre um Investidor e sua associada ou *joint venture* – alterações ao CPC 36 e CPC 18 (IFRS 10 e IAS 28);

3.19. Novas normas ainda não efetivas

Algumas novas normas serão efetivas para exercícios findos após 31 de dezembro de 2024 e não foram adotadas na preparação destas demonstrações financeiras.

IFRS 18 Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis

O IFRS 18 substituirá o CPC 26/IAS 1 Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027.

A Companhia ainda está no processo de avaliação do impacto do novo padrão.

Outras Normas Contábeis

As seguintes normas alteradas não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia:

- Ausência de conversibilidade (alterações ao CPC 02/IAS 21); e
- Classificação e mensuração de instrumentos financeiros (alterações IFRS 9 e IFRS 7).

4. Determinação dos valores justos

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos a seguir. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

- Caixa e bancos

Os valores justos desses ativos financeiros são iguais aos valores contábeis, dada sua liquidez imediata.

- Aplicações financeiras

O valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado é apurado por referência aos seus preços de fechamento na data de apresentação das demonstrações financeiras.

- Passivos financeiros não derivativos

O valor justo determinado para fins de registro contábil e/ou divulgação é calculado baseando-se no valor presente dos fluxos de caixa futuros projetados. As taxas utilizadas nos cálculos foram obtidas de fontes públicas (B3 e Bloomberg).



Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma. Os diferentes níveis foram definidos a seguir:

- Nível 1: preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível 2: *inputs*, diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e
- Nível 3: premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

5. Gerenciamento de riscos financeiros

5.1. Visão geral

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- a) Risco de crédito;
- b) Risco de taxas de juros e inflação;
- c) Risco de taxa de câmbio; e
- d) Risco financeiro e liquidez.

A seguir estão apresentadas as informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados e os objetivos, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco e capital. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo destas demonstrações financeiras.

a) Risco de crédito

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, adota-se como prática a análise das situações financeira e patrimonial das contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto. No que tange às instituições financeiras, somente são realizadas operações com instituições financeiras de baixo risco, avaliadas por agências de *rating*. Detalhamento a esse respeito podem ser obtidos nas notas explicativas n.ºs 6, 7, 9, 13 e 19.

b) Risco de taxas de juros e inflação

Decorre da possibilidade de sofrer redução nos ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros.

A Companhia está exposta a taxas de juros flutuantes, principalmente relacionadas às variações do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) relativos as debêntures. As taxas de juros nas aplicações financeiras são em sua maioria vinculadas à variação do CDI. Detalhamento a esse respeito podem ser obtidos nas notas explicativas n.º 6, 9, 13, 19 e 20.

c) Risco de taxa de câmbio

Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas para a liquidação de passivos financeiros. Além de valores a pagar e a receber em moedas estrangeiras, a Companhia



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

tem fluxos operacionais de compras e vendas em outras moedas. A Companhia avalia permanentemente a contratação de operações de *hedge* para mitigar esses riscos.

Para maiores detalhes vide nota explicativa nº 19.

d) Risco financeiro e liquidez

Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e otimizar o custo médio ponderado do capital, são monitorados permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado. A Administração avalia que a Companhia goza de capacidade para manter a continuidade operacional do negócio, em condições de normalidade.

Informações sobre os vencimentos dos instrumentos financeiros passivos podem ser obtidas nas respectivas notas explicativas.

O quadro seguinte apresenta os passivos financeiros não derivativos, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual de vencimento. Esses valores são brutos e não descontados, e incluem pagamento de juros contratuais:

	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 3 e 4 anos	Acima de 4 anos
Debêntures (a)	172.634	171.236	172.633	4.785.829
Fornecedores e outras obrigações	140.908	13.276	-	-
Fornecedores e contas a pagar a partes relacionadas	43.451	-	-	-

(a) Valores brutos dos custos de transação.

6. Caixa e equivalentes de caixa e Aplicações financeiras

Caixa e equivalentes de caixa	2024	2023
Caixa e bancos	5.874	2.190
Aplicações financeiras enquadradas como equivalentes de caixa (a)	771.952	461.320
Total	777.826	463.510

Aplicações financeiras	2024	2023
Circulante	255.469	79.246
Aplicações financeiras (a)	209.770	79.246
Conta reserva (b)	45.699	-

As aplicações financeiras foram remuneradas à taxa média de 100,01% do CDI, equivalente a 10,88% a.a., em 31 de dezembro de 2024 (102,69% do CDI, equivalente a 13,46% a.a., em média, em 31 de dezembro de 2023).

- (a) Compreende substancialmente aplicações em fundo de investimento exclusivo e CDB; e
- (b) Destinada a atender obrigações contratuais de longo prazo relacionadas a debêntures (nota explicativa nº 13).

Concessionária do Sistema Rodoviário Rio – São Paulo S.A.



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

7. Contas a receber

7.1. Contas a receber líquidas

	2024	2023
Circulante	111.678	120.424
Contas a receber das operações (a)	111.678	120.426
Provisão para perda esperada (b)	-	(2)
Não circulante	21.409	-
Contas a receber das operações (a)	21.409	-
Total	133.087	120.424

(a) Créditos a receber decorrentes dos serviços prestados aos usuários, relativos às tarifas de pedágio que serão repassadas à concessionária, créditos a receber decorrentes de vale pedágio e créditos de receitas acessórias (principalmente ocupação de faixa de domínio e locação de painéis publicitários) prevista no contrato de concessão; e

(b) Reflete a perda esperada das operações, referentes aos créditos a receber citados no item (a).

7.2. Aging do contas a receber

Idade de vencimentos dos Títulos	2024	2023
Creditos a vencer	133.087	120.424
Créditos vencidos de 91 até 180 dias	-	2
Total	133.087	120.426

8. Imposto de renda e contribuição social

8.1. Conciliação do imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos

A conciliação do imposto de renda e contribuição social registrada no resultado é demonstrada a seguir:

Conciliação do imposto de renda e contribuição social	2024	2023
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	716.608	645.745
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal (34%)	(243.647)	(219.553)
Efeito tributário das adições e exclusões permanentes		
Despesas indedutíveis	(1.494)	(1.812)
Remuneração variável de dirigentes estatutários	(519)	(155)
Incentivos (cultural, artístico e desporto) relativos ao imposto de renda	5.518	6.317
Juros sobre capital próprio	60.572	54.422
Atualização monetária sobre créditos tributários (Selic)	1	1
Outros ajustes tributários	44	23
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(179.525)	(160.757)
Impostos correntes	(130.568)	(168.768)
Impostos diferidos	(48.957)	8.011
Alíquota efetiva de impostos	-25%	-25%

Concessionária do Sistema Rodoviário Rio – São Paulo S.A.



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

8.2. Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm as seguintes origens:

Imposto de renda e a contribuição social diferidos	2024	2023
Ativo	12.740	11.530
Provisão para participação nos resultados (PLR)	5.641	8.021
Tributos com exigibilidade suspensa - PIS e Cofins	2.498	1.484
Plano de Incentivo de Longo Prazo	1.381	833
Pré-operacionalidade (a)	784	1.145
Constituição da provisão de manutenção	735	-
Provisões para riscos cíveis, trabalhistas, tributários e previdenciários	1.701	15
Provisão para fornecedores	-	31
Provisão para perda esperada - contas a receber	-	1
Compensação de imposto ativo	(12.740)	(851)
Impostos ativos após compensação	-	10.679
Passivo	(51.018)	(851)
Amortização do custo de transação	(24.135)	(765)
Capitalização de juros	(26.280)	-
Arrendamento	(603)	(86)
Compensação de imposto passivo	12.740	851
Impostos passivos após compensação	(38.278)	-
Imposto diferido líquido	(38.278)	10.679

Movimentação do imposto diferido	2024	2023
Saldos em 1º de janeiro	10.679	2.668
Reconhecimento no resultado	(48.957)	8.011
Saldos em 31 de dezembro	(38.278)	10.679

(a) Conforme IN 1700 de 2017 artigo 128, o imposto diferido das despesas pré-operacionais irá realizar-se no momento que a Companhia entrar em operação, sendo realizado de forma linear em 60 parcelas.

9. Partes relacionadas

Os saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, assim como as transações que influenciaram os resultados dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, relativos às operações com partes relacionadas, decorrem de transações entre a Companhia, sua controladora, profissionais-chave da Administração e outras partes relacionadas.

Saldos	2024			2023		
	Controladora	Outras partes relacionadas	Total	Controladora	Outras partes relacionadas	Total
Ativo	2	13.256	13.258	10	223.496	223.506
Aplicações financeiras	-	-	-	-	223.189	223.189
Bancos conta movimento	-	2.034	2.034	-	149	149
Contas a receber	2	6	8	10	158	168
Adiantamentos a fornecedores	-	11.216	11.216	-	-	-
Passivo	11.481	31.970	43.451	10.146	719.367	729.513
Debêntures	-	-	-	-	662.833	662.833
Fornecedores, contas a pagar e passivo de arrendamento	11.481	31.970	43.451	10.146	56.534	66.680

Concessionária do Sistema Rodoviário Rio – São Paulo S.A.



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Transações	2024			2023		
	Controladora	Outras partes relacionadas	Total	Controladora	Outras partes relacionadas	Total
Custos / despesas - benefício da previdência privada de colaboradores	-	(249)	(249)	-	(497)	(497)
Custos / despesas - doações	-	(2.965)	(2.965)	-	(2.613)	(2.613)
Custos / despesas - serviços de manutenção de veículos	-	-	-	(1)	-	(1)
Custos / despesas de infraestrutura utilizada	-	(239)	(239)	-	(1.544)	(1.544)
Custos / despesas - serviços especializados e consultorias	-	(730)	(730)	-	(969)	(969)
Custos / despesas - serviços de transmissão de dados	-	(149)	(149)	-	(412)	(412)
Custos / despesas - seguros	-	(79)	(79)	-	(51)	(51)
Custos / despesas - benefício em vales a colaboradores	-	(10.038)	(10.038)	-	-	-
Despesas de prestação de garantias em emissões de dívidas	-	-	-	(2.770)	-	(2.770)
Despesas financeiras - juros, variações monetárias e cambiais	-	(91)	(91)	-	(116)	(116)
Receita de prestação de serviço de partes relacionadas	-	326	326	-	928	928
Receitas de aplicações financeiras	-	6.482	6.482	-	86.440	86.440
Repasse de custos e despesas - CSC	(137.168)	-	(137.168)	-	(106.838)	(106.838)
Repasse de custos e despesas de colaboradores	(301)	73	(228)	3	365	368
Imobilizado / Intangível	273	282.313	282.586	-	90.556	90.556

9.1. Profissionais-chave da administração

Despesas com profissionais-chave

	2024	2023
Remuneração (b) (c)	3.219	1.815
Benefícios de curto prazo - remuneração fixa	1.934	1.372
Outros benefícios:	1.285	443
Provisão para remuneração variável do ano	379	-
Complemento de provisão de PPR do ano anterior (a)	860	382
Previdência privada	43	59
Seguro de vida	3	2

Na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária (AGOE) realizada em 16 de abril de 2024, foi fixada a remuneração anual dos membros do conselho da Administração e Diretoria da Companhia de até R\$ 2.239, incluindo honorários, eventuais gratificações, seguridade social e benefícios.

9.2. Saldos a pagar aos profissionais chave da administração

	2024	2023
Remuneração dos administradores (c)	1.206	126

- Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, foram efetuados pagamentos de PPR no montante de R\$ 860;
- Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, foi repassado através de rateio da Controladora o montante R\$ 12.523, referente as despesas com profissionais-chave.
- Contempla valor total de remuneração fixa e variável atribuível aos membros da Administração e Diretoria.

Concessionária do Sistema Rodoviário Rio – São Paulo S.A.



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. Ativo imobilizado e imobilizações em andamento

	Imobilizado					Imobilizações em andamento	Total imobilizado
	Móveis e utensílios	Máquinas e equipamentos	Veículos	Equipamentos operacionais	Total em operação		
Saldos em 1º de janeiro de 2023	38	-	67	80	185	84.781	84.966
Adições	-	-	-	-	-	115.881	115.881
Transferências	1.021	6.940	35.300	2.052	45.313	(45.313)	-
Depreciação	(50)	(192)	(2.900)	(389)	(3.531)	-	(3.531)
Outros	-	-	-	-	-	(238)	(238)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	1.009	6.748	32.467	1.743	41.967	155.111	197.078
Custo	1.060	6.940	35.368	2.138	45.506	155.111	200.617
Depreciação acumulada	(51)	(192)	(2.901)	(395)	(3.539)	-	(3.539)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	1.009	6.748	32.467	1.743	41.967	155.111	197.078
Adições	-	-	-	-	-	228.799	228.799
Baixas	(16)	-	-	-	(16)	-	(16)
Transferências	516	28.344	10.149	32.216	71.225	(71.225)	-
Reclassificação entre imobilizado e intangível	-	-	-	(161)	(161)	-	(161)
Depreciação	(141)	(3.143)	(10.166)	(1.691)	(15.141)	-	(15.141)
Outros	-	-	-	-	-	(604)	(604)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	1.368	31.949	32.450	32.107	97.874	312.081	409.955
Custo	1.559	35.284	45.517	34.193	116.553	312.081	428.634
Depreciação acumulada	(191)	(3.335)	(13.067)	(2.086)	(18.679)	-	(18.679)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	1.368	31.949	32.450	32.107	97.874	312.081	409.955
Taxa média anual de depreciação %							
Em 31 de dezembro de 2024	10	15	24	11			

Foram acrescidos aos ativos imobilizados, custos de empréstimos no montante de R\$ 23.844 no exercício findo em 31 de dezembro de 2024. A taxa média de capitalização (custo dos empréstimos dividido pelo saldo médio de debêntures) no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foi de 2,84% a.a..

11. Intangível e infraestrutura em construção

	Intangível				Infraestrutura em construção	Total do intangível
	Exploração da infraestrutura concedida	Sistemas informatizados	Sistemas informatizados em andamento	Total em operação		
Saldos em 1º de janeiro de 2023	2.018.047	-	1.207	2.019.254	280.754	2.300.008
Adições	-	-	6.761	6.761	797.766	804.527
Transferências	341.708	68	(68)	341.708	(341.708)	-
Amortização	(51.033)	(5)	-	(51.038)	-	(51.038)
Outros (b)	-	-	-	-	(24.368)	(24.368)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	2.308.722	63	7.900	2.316.685	712.444	3.029.129
Custo	2.394.869	68	7.900	2.402.837	712.444	3.115.281
Amortização acumulada	(86.147)	(5)	-	(86.152)	-	(86.152)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	2.308.722	63	7.900	2.316.685	712.444	3.029.129
Adições	-	-	36.463	36.463	1.372.683	1.409.146
Transferências	400.156	626	(627)	400.155	(400.155)	-
Reclassificação entre imobilizado e intangível	-	-	161	161	-	161
Amortização	(62.239)	(27)	-	(62.266)	-	(62.266)
Outros (b)	(1.540)	-	-	(1.540)	(10.979)	(12.519)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	2.645.099	662	43.897	2.689.658	1.673.993	4.363.651
Custo	2.793.485	694	43.897	2.838.076	1.673.993	4.512.069
Amortização acumulada	(148.386)	(32)	-	(148.418)	-	(148.418)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	2.645.099	662	43.897	2.689.658	1.673.993	4.363.651
Taxa média anual de amortização %						
Em 31 de dezembro de 2024	(a)	20				

- (a) Amortização pela curva de benefício econômico; e
(b) Refere-se a sinistros e desapropriações.

Concessionária do Sistema Rodoviário Rio – São Paulo S.A.



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Infraestrutura em construção

O montante de infraestrutura em construção em 31 de dezembro de 2024, refere-se, principalmente, às obras detalhadas a seguir:

Total	1.660.686
Etapa inicial das obras da BR-116 na Serra das Araras, região metropolitana de São Paulo e região metropolitana de São José dos Campos	1.377.454
Obras de recuperação de terraplenos e adequação de taludes da rodovia	157.705
Revitalização de pavimento e duplicação da Rodovia BR-101 e BR-116	87.126
Implantação de passarelas	20.967
Implantação de fibra óptica	13.252
Execução de obras de melhorias nas bases e pedágios	4.182

Foram acrescidos aos ativos intangíveis, custos de empréstimos no montante de R\$ 53.496 no exercício findo em 31 de dezembro de 2024. A taxa média de capitalização (custo dos empréstimos dividido pelo saldo médio de debêntures) no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foi de 2,84% a.a..

12. Fornecedores

	2024	2023
Circulante	140.908	82.992
Fornecedores e prestadores de serviços nacionais (a)	105.021	62.934
Fornecedores e prestadores de serviços estrangeiros (a)	360	-
Cauções e retenções contratuais (b)	35.527	20.058
Total	140.908	82.992
	2024	2023
Não circulante	13.276	7.019
Fornecedores e prestadores de serviços nacionais (a)	13.276	7.019
Total	13.276	7.019

- (a) Os saldos referem-se principalmente aos fornecedores de serviços, materiais e equipamentos relacionados a obras de melhorias, manutenção e conservação; e
- (b) Trata-se de retenção contratual estabelecida com prestadores de serviços, destinada a suprir eventuais inadimplências fiscais e trabalhistas destes prestadores, em decorrência de responsabilidade solidária da Companhia. Em média, são retidos 5% do valor das medições até o encerramento do contrato de prestação de serviços.

13. Debêntures

Série	Taxas contratuais	Taxa efetiva do custo de transação (% a.a.)	Vencimento final	Custos de transação incorridos	Saldos dos custos a apropriar	2024	2023
1ª Emissão - Série única	CDI + 1,75% a.a.	1,8449% (a)	Dezembro de 2024	4.372	-	-	1.053.310 (b)
2ª Emissão - Série 1	IPCA + 6,90% a.a.	6,9791% (a)	Junho de 2047	3.783	3.732	507.546	- (c) (d) (e) (f) (g)
2ª Emissão - Série 2	IPCA + 6,90% a.a.	6,9791% (a)	Junho de 2047	15.131	14.929	2.030.183	- (c) (d) (e) (f) (g)
				Total	18.661	2.537.729	1.053.310

Concessionária do Sistema Rodoviário Rio – São Paulo S.A.



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2024	2023
Circulante	6.119	1.053.310
Debêntures	6.760	1.054.794
Custos de transação	(641)	(1.484)
Não circulante	2.531.610	-
Debêntures	2.549.630	-
Custos de transação	(18.020)	-
Total	2.537.729	1.053.310

- (a) O custo efetivo destas transações refere-se à taxa interna de retorno (TIR) calculada considerando os juros contratados mais os custos de transação. Para os casos aplicáveis, não foram consideradas as taxas contratuais variáveis para fins de cálculo da TIR;

Garantias:

- (b) Não existem garantias;
- (c) Garantia real;
- (d) Alienação fiduciária;
- (e) Cessão fiduciária de direitos da concessão e creditórios;
- (f) Fiança corporativa da CCR em condição suspensiva, no caso de término antecipado do contrato de concessão; e
- (g) Suporte de capital da CCR (*Equity Support Agreement – ESA*) e dos demais acionistas na proporção de sua participação acionária direta/indireta até o *completion*.

Cronograma de desembolso (não circulante)	2024
2029 em diante	2.549.630
(-) Custo de transação	(18.020)
Total	2.531.610

A Companhia possui contratos financeiros com cláusulas de *cross default* e/ou *cross acceleration*, que estabelecem vencimento antecipado, caso deixe de pagar valores devidos em outros contratos por ela firmado ou caso ocorra o vencimento antecipado dos referidos contratos. Os indicadores são constantemente monitorados a fim de evitar a execução de tais cláusulas. Não há quebra de *covenants* relacionados às debêntures.

14. Riscos cíveis, trabalhistas, previdenciários e tributários

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de suas respectivas operações, envolvendo questões cíveis e trabalhistas.

14.1 Processos com prognóstico de perda provável

A Administração constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, conforme quadro abaixo, com base em (i) informações de seus assessores jurídicos, (ii) análise das demandas judiciais pendentes e (iii) experiência anterior referente às quantias reivindicadas:

Concessionária do Sistema Rodoviário Rio – São Paulo S.A.



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Cíveis, Administrativos e outros	Trabalhistas e previdenciários	Tributários	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	43	-	-	43
Constituição	22.674	2.759	2	25.435
Reversão	(40)	(36)	-	(76)
Pagamentos	(20.256)	(226)	(2)	(20.484)
Atualização de bases processuais e monetária	46	40	-	86
Saldo em 31 de dezembro de 2024	2.467	2.537	-	5.004

14.2 Processos com prognóstico de perda possível

A Companhia possui outros riscos relativos a questões tributárias, cíveis e trabalhistas, avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, nos montantes indicados abaixo, para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil e as IFRS não determinam sua contabilização.

	2024	2023
Cíveis e administrativos	11.188	3.543
Trabalhistas e previdenciário	1.705	398
Total	12.893	3.941

15. Provisão de manutenção

	Não circulante	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	-	-
Constituição	2.092	2.092
Ajuste a valor presente	71	71
Saldo em 31 de dezembro de 2024	2.163	2.163

A taxa no exercício findo em 31 de dezembro 2024, para o cálculo do valor presente, é de 9,64% a.a..

16. Patrimônio Líquido

16.1. Capital social

Em 20 de dezembro de 2024 foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária o aumento de capital social da Companhia no valor de R\$ 151.431, mediante a incorporação de juros sobre o capital próprio conforme deliberado na Reunião do Conselho de Administração realizada em 13/12/2024, sem a emissão de novas ações ordinárias. O capital social da Companhia passou de R\$ 2.034.123 para R\$ 2.185.554 dividido em 2.034.123 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal.

16.2. Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, nos termos do artigo n.º 193 da Lei n.º 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

16.3. Reserva de retenção de lucros

Em 31 de dezembro de 2024, foi constituída reserva de lucros em razão da retenção de parte do lucro líquido do exercício, nos termos do artigo 196 da Lei nº 6.404/76.

16.4. Dividendos

Os dividendos são calculados em conformidade com o estatuto social e de acordo com a Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76).

Os requerimentos para cálculo do dividendo mínimo obrigatório relativo ao exercício de 2024, foram atendidos conforme o quadro a seguir:

	2024
Lucro líquido do exercício	537.083
(-) Constituição de reserva legal	(26.854)
Lucro líquido ajustado	510.229
Dividendo mínimo obrigatório - 25% sobre o lucro líquido ajustado	127.557
Total de juros sobre capital próprio aprovados e pagos	(178.154)

Em 31 de dezembro de 2024, não houve a necessidade de constituição dos dividendos mínimos obrigatórios, devido a aprovação de juros sobre capital próprio pagos.

16.5. Juros sobre capital próprio

Em 13 de dezembro de 2024, foi aprovado em Ata de Reunião do Conselho de Administração (ARCA), o destaque dos juros sobre o capital próprio no valor bruto de R\$ 178.154, relativo ao lucro do exercício, correspondente ao montante líquido de R\$ 151.431, deduzidos de 15% de imposto de renda retido na fonte (IRRF) correspondente a R\$ 26.723. O valor líquido foi integralmente utilizado para o aumento de capital social da Companhia, aprovado em Ata de assembleia geral extraordinária em 20 de dezembro de 2024.

16.6. Lucro por ação básico e diluído

A Companhia não possui instrumentos que, potencialmente, poderiam diluir os resultados por ação.

	2024	2023
Numerador		
Lucro líquido	537.083	484.988
Denominador		
Média ponderada de ações - básico e diluído (em milhares)	2.034.123	2.034.123
Lucro líquido por ação - básico e diluído	0,2640	0,2384

16.7. Plano de Incentivo de Longo Prazo, liquidável em Ações

Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 26 de junho de 2024 pela Controladora, houve outorga de novo Plano de Incentivo de Longo Prazo, com as características e parâmetros de precificação abaixo:



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Parcela de Performance

- Quantidade de ações outorgadas - parcela de performance: 35.390 ações;
- Data da outorga: 26 de junho de 2024;
- Preço corrente (*TSR* do ano anterior): R\$ 13,04;
- Preço de exercício (*TSR* alvo) para cada tranche: R\$ 14,61, R\$ 16,44 e R\$ 18,46;
- Volatilidade esperada (Desvio-padrão do logaritmo natural da variação diária das ações da Companhia entre janeiro de 2003 até a data-base da outorga): 2,46%;
- *Dividend Yield* (média histórica anual desde 2003): 4,13%;
- Taxa de juros livre de risco para cada tranche: 10,03%, 8,84% e 8,83%;
- Prazo total: 3 anos para a 1ª parcela (2 anos de *vesting*), 4 anos para a 2ª parcela (3 anos de *vesting*) e 5 anos para a 3ª parcela (4 anos de *vesting*).

Parcela de Retenção

O valor justo da parcela atrelada à retenção, 35.390 ações, foi determinado pelo preço de mercado das ações da Controladora, em 26 de junho de 2024 (data de outorga), de R\$ 11,80, e está condicionada apenas à passagem do tempo e à prestação do serviço por parte dos funcionários.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, foi reconhecido como despesa, em contrapartida a reserva de capital, o montante de R\$ 651.

17. Receitas operacionais líquidas

	2024	2023
Receita bruta	2.653.238	1.922.331
Receitas de pedágio	1.342.169	1.190.589
Receitas de construção (ICPC 01 R1)	1.299.232	721.791
Receitas de prestação de serviço entre partes relacionadas	326	928
Receitas acessórias	11.511	9.023
Deduções das receitas brutas	(121.612)	(109.084)
Impostos sobre receitas	(121.608)	(109.056)
Abatimentos	(4)	(28)
Receita operacional líquida	2.531.626	1.813.247

Concessionária do Sistema Rodoviário Rio – São Paulo S.A.



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

18. Resultado financeiro

	2024	2023
Despesas financeiras	(130.345)	(158.791)
Juros sobre debêntures	(154.277)	(153.602)
Variação monetária sobre debêntures	(49.760)	-
Comissão de fianças partes relacionadas	-	(2.770)
Ajuste a valor presente da provisão de manutenção	(71)	-
Capitalização de custo dos empréstimos	77.340	-
Variações cambiais sobre fornecedores estrangeiros	(84)	(11)
Ajuste a valor presente - arrendamento	(509)	(888)
Taxa, comissões e outras despesas financeiras	(2.984)	(1.520)
Receitas financeiras	84.894	113.085
Juros e variações monetárias sobre debêntures	130	1.531
Ajuste a valor presente - arrendamento	2.018	-
Rendimento sobre aplicações financeiras	82.308	111.347
Variações cambiais sobre fornecedores estrangeiros	3	4
Juros e outras receitas financeiras	435	203
Resultado financeiro líquido	(45.451)	(45.706)

19. Instrumentos financeiros

19.1. Instrumentos financeiros por categoria e hierarquia de valor justo

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, se o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo.

		2024	2023
Ativo	Nível	1.166.390	685.913
Valor justo através do resultado		1.033.295	542.756
Caixa e bancos	Nível 2	5.874	2.190
Aplicações financeiras	Nível 2	981.722	540.566
Aplicações financeiras vinculadas - conta reserva	Nível 2	45.699	-
Custo amortizado		133.095	143.157
Contas a receber das operações		133.087	120.424
Contas a receber de partes relacionadas		8	22.733
Passivo		(2.742.163)	(1.193.697)
Custo amortizado		(2.742.163)	(1.193.697)
Debêntures (a)		(2.537.729)	(1.053.310)
Fornecedores, obrigações com o Poder Concedente e outras obrigações		(160.983)	(95.256)
Fornecedores, contas a pagar com partes relacionadas		(43.451)	(45.131)
Total		(1.575.773)	(507.784)

(a) Os valores contábeis estão líquidos dos custos de transação.

Debêntures mensuradas ao custo amortizado - Caso fosse adotado o critério de reconhecer esses passivos pelos seus valores justos (nível 2), os saldos apurados seriam os seguintes:

Concessionária do Sistema Rodoviário Rio – São Paulo S.A.



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2024		2023	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Debêntures (a)	2.556.390	2.189.018	1.054.794	1.072.075

(a) Os valores contábeis estão brutos dos custos de transação.

Os valores justos foram calculados projetando-se os fluxos de caixa até o vencimento das operações com base em taxas futuras obtidas através de fontes públicas (ex.: B3 e Bloomberg), adicionados *spreads* contratuais e trazidos a valor presente pela taxa livre de risco (pré-DI), acrescida de componentes de risco de crédito.

19.2. Análise de sensibilidade

As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação das análises.

A Companhia adotou para os cenários de estresse A e B da análise de sensibilidade, os percentuais de 25% e 50%, respectivamente, os quais são aplicados no sentido de apresentar situação que demonstre sensibilidade relevante de risco variável.

19.2.1. Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros

Abaixo estão demonstrados os valores resultantes das variações monetárias e de juros sobre os contratos de debêntures e aplicações financeiras com taxas pós-fixadas, no horizonte de 12 meses, ou seja, até 31 de dezembro de 2025, ou até o vencimento final de cada operação, o que ocorrer primeiro.

Risco	Exposição em R\$ ^{(4) (5)}	Efeito em R\$ no resultado		
		Cenário provável	Cenário A 25%	Cenário B 50%
IPC-A	2.556.390	(307.805)	(340.745)	(373.685)
Efeito sobre as debêntures		(307.805)	(340.745)	(373.685)
CDI	931.610	67.732	84.247	100.608
Efeito sobre as aplicações financeiras		67.732	84.247	100.608
Total do efeito líquido de perda		(240.073)	(256.498)	(273.077)
As taxas de juros consideradas foram⁽¹⁾:	CDI ⁽²⁾	12,1500%	15,1875%	18,2250%
	IPC-A ⁽³⁾	4,8300%	6,0375%	7,2450%

(1) A taxa apresentada acima serviu como base para o cálculo, sendo as mesmas utilizadas nos 12 meses do cálculo:

No item (2) abaixo, está detalhada a premissa para obtenção da taxa do cenário provável:

- (2) Taxa de 31/12/2024, divulgada pela B3;
- (3) Os valores de exposição não contemplam ajustes a valor justo, não estão deduzidos dos custos de transação, e não consideram os saldos de juros em 31/12/2024, quando estes não interferem nos cálculos dos efeitos posteriores; e
- (4) Os cenários de estresse contemplam depreciação dos fatores de risco (CDI).



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

20. Compromissos vinculados a contratos de concessão

A Concessionária assumiu compromissos em seu contrato de concessão que contemplam investimentos (melhorias e grandes manutenções periódicas) a serem realizados durante o prazo da concessão. Os valores demonstrados abaixo refletem o valor dos investimentos estabelecidos no início do contrato de concessão, ajustado por reequilíbrios firmados com o Poder Concedente e atualizados anualmente pelos índices de reajuste tarifário (IRT), portanto não contemplam eventuais diferenças frente a preços de mercado e a outros indicadores de correção de preços:

	2024	2023
Compromissos relativos à concessão	14.812.092	14.406.417

Os valores acima não incluem eventuais investimentos contingentes, de nível de serviço, casos em discussão para reequilíbrio e manutenções menores não periódicas.

21. Demonstração do fluxo de caixa

21.1. Transações que não afetaram caixa

As transações que não afetaram o caixa, nos exercícios findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023, estão apresentadas nas rubricas do fluxo de caixa, as quais estão demonstradas abaixo:

	2024	2023
Efeito no caixa líquido das atividades operacionais	(1.569)	176.373
Fornecedores	-	176.373
Fornecedores - partes relacionadas	(1.569)	-
Efeito no caixa líquido das atividades de investimento	-	(176.373)
Aquisições ao ativo intangível	-	(176.373)
Efeito no caixa líquido das atividades de financiamento	1.569	-
Aumento de capital social	151.431	-
Juros sobre capital próprio pagos	(151.431)	-
Passivo de arrendamento	1.569	-



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

21.2. Atividades de financiamento

A Companhia classifica os juros pagos como atividade de financiamento, por entender que tal classificação melhor representa os fluxos de obtenção de recursos para cumprimento das obrigações dos contratos de concessões.

A reconciliação das atividades de financiamento está demonstrada a seguir:

	Debêntures	Passivo de arrendamento	Total
Saldo inicial	(1.053.310)	(27.384)	(1.080.694)
Variações dos fluxos de caixa de financiamento	(1.280.512)	4.790	(1.275.722)
Captações (líquidas dos custos de transação)	(2.481.086)	-	(2.481.086)
Pagamentos de principal e juros	1.200.574	4.790	1.205.364
Outras variações que não afetam caixa	(203.907)	19.470	(184.437)
Juros e variações monetárias	(203.907)	-	(203.907)
Reversão do ajuste a valor presente	-	(509)	(509)
Amortização do contrato Samm	-	765	765
Baixa de contratos de arrendamento	-	19.214	19.214
Saldo final	(2.537.729)	(3.124)	(2.540.853)



Composição do Conselho de Administração

Eduardo Siqueira Moraes Camargo	Presidente
Josiane Carvalho de Almeida	Membro Efetivo
Waldo Edwin Pérez Leskovar	Membro Efetivo

Composição da Diretoria

Carla Henriques Silva Fornasaro	Diretora Presidente e de RI
Guilherme Motta Gomes	Diretor
Angelo Luiz Lodi	Diretor

Contadora

Fabia da Vera Cruz Campos Stancatti
CRC 1SP190868/O-0

Concessionária CCR RioSP

Rodovia Presidente Dutra, km 184,3 – Sentido SPIRJ
caixa postal 183 – 07500 000 – Santa Isabel – SP
tel: 55 (11) 2795 2400
www.ccrriosp.com.br



CONCESSIONÁRIA DO SISTEMA RODOVIÁRIO RIO - SÃO PAULO S.A.

CNPJ/MF N°. 44.319.688/0001-42

NIRE N°. 35300580664

COMPANHIA ABERTA

ORÇAMENTO DE CAPITAL PARA 2025

Senhores Acionistas,

Nos termos do artigo 196 da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976 (“LSA”) e do artigo 27, §1º, V e VI, da Resolução CVM n.º. 80, de 29 de março de 2022, apresentamos a V.Sas. para análise e posterior aprovação na Assembleia, a proposta de Orçamento de Capital para o exercício social de 2025, no valor de R\$ 1.703.000.000,00 (um bilhão e setecentos e três milhões de reais) conforme fontes de financiamento abaixo, o qual foi aprovado pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 25 de fevereiro de 2025.

Proposta de Orçamento de Capital: R\$ 1.703.000.000,00

Aplicações

Investimento planejado para atendimento a compromissos da Companhia em 2025	R\$ 1.703.000.000,00
---	----------------------

Origens/Fontes de Financiamento

Reserva de Retenção de Lucros até 31 de dezembro de 2024	R\$ 919.393.894,85
--	--------------------

Outros Recursos Próprios e/ou de Terceiros	R\$ 783.606.105,15
--	--------------------

Santa Isabel/SP, 26 de fevereiro de 2025.

CONCESSIONÁRIA DO SISTEMA RODOVIÁRIO RIO - SÃO PAULO S.A.

A Administração

Concessionária CCR RioSP

Rodovia Presidente Dutra, km 184,3 – Sentido SPIRJ
caixa postal 183 – 07500 000 – Santa Isabel – SP
tel: 55 (11) 2795 2400
www.ccrriosp.com.br



- DECLARAÇÃO DA DIRETORIA -

Em observância às disposições constantes no artigo 27, §1º, V e VI, da Resolução CVM nº. 80, de 29 de março de 2022, os membros da Diretoria da Companhia declaram que: (i) reviram, discutiram e concordam, por unanimidade, com as opiniões expressas no Relatório da KPMG Auditores Independentes (“KPMG”) sobre as Demonstrações Financeiras da Companhia, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024; e (ii) reviram, discutiram e concordam, por unanimidade, com as Demonstrações Financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024.

Santa Isabel/SP, 26 de fevereiro de 2025.

DocuSigned by
Carla Henriques Silva Fornasaro
Assinado por CARLA HENRIQUES SILVA FORNASARO 145256080
CPF: 145256080
Data/Hora de Assinatura: 26/02/2025 | 12:20:07 BRT
O: ICP-Brasil, OU: Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB
C: BR
Emissor: AC VALID RFB v5

—BPAB0A37554E2—

CARLA HENRIQUES SILVA FORNASARO

DIRETORA PRESIDENTE E DIRETORA DE RELAÇÕES COM OS INVESTIDORES

DocuSigned by
Guilherme Motta Gomes
Assinado por GUILHERME MOTTA GOMES 01298025701
CPF: 01298025701
Data/Hora de Assinatura: 26/02/2025 | 10:18:03 BRT
O: ICP-Brasil, OU: Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB
C: BR
Emissor: AC VALID RFB v5

—77048A2A2C7148F—

GUILHERME MOTTA GOMES

DIRETOR

DocuSigned by
Angelo Luiz Lodi
Assinado por ANGELO LUIZ LODI 8663360800
CPF: 8663360800
Data/Hora de Assinatura: 26/02/2025 | 14:57:15 BRT
O: ICP-Brasil, OU: Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB
C: BR
Emissor: AC VALID RFB v5

—10096CC6465412—

ANGELO LUIZ LODI

DIRETOR

Certificate Of Completion

Envelope Id: 6FEDFC81-7636-4BF6-A5C9-971DFC67AAEA
Subject: [Assinatura]RSP_ Declaração da Diretoria (00100808)
Unidade proprietária do documento: RioSP
Source Envelope:
Document Pages: 1
Certificate Pages: 5
AutoNav: Enabled
Envelopeld Stamping: Enabled
Time Zone: (UTC-03:00) Brasilia

Status: Completed

Envelope Originator:
Juridico Societario
Avenida Professora Maria do Carmo Guimarães
Pellegrini
nº. 200, Blocos A, B, C e D, Bairro Retiro
Jundiaí/SP, SP 13.209-500
ds-jur.societario@grupoccr.com.br
IP Address: 54.232.57.236

Record Tracking

Status: Original
2/26/2025 10:10:09 AM

Holder: Juridico Societario
ds-jur.societario@grupoccr.com.br

Location: DocuSign

Signer Events

Angelo Luiz Lodi
angelo.lodi@grupoccr.com.br
Diretor de Engenharia
CCR
Security Level: Email, Account Authentication
(None), Digital Certificate

Signature Provider Details:

Signature Type: ICP Smart Card
Signature Issuer: AC VALID RFB v5

Electronic Record and Signature Disclosure:
Accepted: 10/31/2024 2:15:14 PM
ID: b2b4c254-00c5-4e6e-8890-23e7306ff9c3
Company Name: GBS

Carla Henriques Silva Fornasaro
carla.fornasaro@grupoccr.com.br
Diretora Presidente CCR RioSP
RioSP
Security Level: Email, Account Authentication
(None), Digital Certificate

Signature Provider Details:

Signature Type: ICP Smart Card
Signature Issuer: AC VALID RFB v5

Electronic Record and Signature Disclosure:
Accepted: 8/1/2023 2:18:59 PM
ID: 0dccb581-00a9-434e-8cf8-738709f6bd62
Company Name: GBS

GUILHERME MOTTA GOMES
guilherme.motta@grupoccr.com.br
Security Level: Email, Account Authentication
(None), Digital Certificate

Signature Provider Details:

Signature Type: ICP Smart Card
Signature Issuer: AC VALID RFB v5

Electronic Record and Signature Disclosure:
Accepted: 3/1/2023 10:33:25 AM
ID: 5b754ab5-e1d9-4624-815b-895b145d153c
Company Name: GBS

Signature

DocuSigned by:


10096CC5E458412...

Signature Adoption: Pre-selected Style
Using IP Address: 187.92.160.60

DocuSigned by:

BFA900A375254CE...

Signature Adoption: Pre-selected Style
Using IP Address: 200.245.117.52

DocuSigned by:

728A36A71C14488...

Signature Adoption: Pre-selected Style
Using IP Address: 200.245.117.54

Timestamp

Sent: 2/26/2025 10:11:30 AM
Viewed: 2/26/2025 2:55:40 PM
Signed: 2/26/2025 2:57:19 PM

Sent: 2/26/2025 10:11:30 AM
Viewed: 2/26/2025 12:19:21 PM
Signed: 2/26/2025 12:20:18 PM

Sent: 2/26/2025 10:11:30 AM
Viewed: 2/26/2025 10:17:46 AM
Signed: 2/26/2025 10:18:08 AM

In Person Signer Events	Signature	Timestamp
Editor Delivery Events	Status	Timestamp
Agent Delivery Events	Status	Timestamp
Intermediary Delivery Events	Status	Timestamp
Certified Delivery Events	Status	Timestamp
Carbon Copy Events	Status	Timestamp
Witness Events	Signature	Timestamp
Notary Events	Signature	Timestamp
Envelope Summary Events	Status	Timestamps
Envelope Sent	Hashed/Encrypted	2/26/2025 10:11:30 AM
Certified Delivered	Security Checked	2/26/2025 10:17:46 AM
Signing Complete	Security Checked	2/26/2025 10:18:08 AM
Completed	Security Checked	2/26/2025 2:57:23 PM
Payment Events	Status	Timestamps
Electronic Record and Signature Disclosure		

ELECTRONIC RECORD AND SIGNATURE DISCLOSURE

From time to time, GBS (we, us or Company) may be required by law to provide to you certain written notices or disclosures. Described below are the terms and conditions for providing to you such notices and disclosures electronically through the DocuSign system. Please read the information below carefully and thoroughly, and if you can access this information electronically to your satisfaction and agree to this Electronic Record and Signature Disclosure (ERSD), please confirm your agreement by selecting the check-box next to 'I agree to use electronic records and signatures' before clicking 'CONTINUE' within the DocuSign system.

Getting paper copies

At any time, you may request from us a paper copy of any record provided or made available electronically to you by us. You will have the ability to download and print documents we send to you through the DocuSign system during and immediately after the signing session and, if you elect to create a DocuSign account, you may access the documents for a limited period of time (usually 30 days) after such documents are first sent to you. After such time, if you wish for us to send you paper copies of any such documents from our office to you, you will be charged a \$0.00 per-page fee. You may request delivery of such paper copies from us by following the procedure described below.

Withdrawing your consent

If you decide to receive notices and disclosures from us electronically, you may at any time change your mind and tell us that thereafter you want to receive required notices and disclosures only in paper format. How you must inform us of your decision to receive future notices and disclosure in paper format and withdraw your consent to receive notices and disclosures electronically is described below.

Consequences of changing your mind

If you elect to receive required notices and disclosures only in paper format, it will slow the speed at which we can complete certain steps in transactions with you and delivering services to you because we will need first to send the required notices or disclosures to you in paper format, and then wait until we receive back from you your acknowledgment of your receipt of such paper notices or disclosures. Further, you will no longer be able to use the DocuSign system to receive required notices and consents electronically from us or to sign electronically documents from us.

All notices and disclosures will be sent to you electronically

Unless you tell us otherwise in accordance with the procedures described herein, we will provide electronically to you through the DocuSign system all required notices, disclosures, authorizations, acknowledgements, and other documents that are required to be provided or made available to you during the course of our relationship with you. To reduce the chance of you inadvertently not receiving any notice or disclosure, we prefer to provide all of the required notices and disclosures to you by the same method and to the same address that you have given us. Thus, you can receive all the disclosures and notices electronically or in paper format through the paper mail delivery system. If you do not agree with this process, please let us know as described below. Please also see the paragraph immediately above that describes the consequences of your electing not to receive delivery of the notices and disclosures electronically from us.

How to contact GBS:

You may contact us to let us know of your changes as to how we may contact you electronically, to request paper copies of certain information from us, and to withdraw your prior consent to receive notices and disclosures electronically as follows:

To advise GBS of your new email address

To let us know of a change in your email address where we should send notices and disclosures electronically to you, you must send an email message to us at gbstools@gbstools.com and in the body of such request you must state: your previous email address, your new email address.

If you created a DocuSign account, you may update it with your new email address through your account preferences.

To request paper copies from GBS

To request delivery from us of paper copies of the notices and disclosures previously provided by us to you electronically, you must send us an email to gbstools@gbstools.com and in the body of such request you must state your email address, full name, mailing address, and telephone number.

To withdraw your consent with GBS

To inform us that you no longer wish to receive future notices and disclosures in electronic format you may:

- i. decline to sign a document from within your signing session, and on the subsequent page, select the check-box indicating you wish to withdraw your consent, or you may;

ii. send us an email to and in the body of such request you must state your email, full name, mailing address, and telephone number. . .

Required hardware and software

The minimum system requirements for using the DocuSign system may change over time. The current system requirements are found here: <https://support.docusign.com/guides/signer-guide-signing-system-requirements>.

Acknowledging your access and consent to receive and sign documents electronically

To confirm to us that you can access this information electronically, which will be similar to other electronic notices and disclosures that we will provide to you, please confirm that you have read this ERSD, and (i) that you are able to print on paper or electronically save this ERSD for your future reference and access; or (ii) that you are able to email this ERSD to an email address where you will be able to print on paper or save it for your future reference and access. Further, if you consent to receiving notices and disclosures exclusively in electronic format as described herein, then select the check-box next to ‘I agree to use electronic records and signatures’ before clicking ‘CONTINUE’ within the DocuSign system.

By selecting the check-box next to ‘I agree to use electronic records and signatures’, you confirm that:

- You can access and read this Electronic Record and Signature Disclosure; and
- You can print on paper this Electronic Record and Signature Disclosure, or save or send this Electronic Record and Disclosure to a location where you can print it, for future reference and access; and
- Until or unless you notify GBS as described above, you consent to receive exclusively through electronic means all notices, disclosures, authorizations, acknowledgements, and other documents that are required to be provided or made available to you by GBS during the course of your relationship with GBS.